



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

## **TERMO DE REFÊNCIA**

### **MENOR PREÇO**

**CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS NOS MUNICÍPIOS MARANHENSES NO ÂMBITO DA 8ªSR CODEVASF.**

**Setembro/2021**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

## ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO .....	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....	3
3.	REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO. ....	5
4.	LOCALIZAÇÃO DO OBJETO .....	5
5.	ESCOPO DOS SERVIÇOS.....	5
6.	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS.....	5
7.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	8
8.	PROPOSTA.....	9
9.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	10
10.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	11
11.	PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA .....	12
12.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	12
13.	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	13
14.	REPACTUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA .....	14
15.	ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO.....	14
16.	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS .....	16
17.	APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS .....	16
18.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS .....	18
19.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....	19
20.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	19
21.	OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.....	21
22.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF .....	23
23.	CONDIÇÕES GERAIS .....	24
24.	ANEXOS.....	25



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objetivo deste Termo de Referência é contratação dos serviços de apoio à fiscalização e consultoria técnica de convênios e contratos nos municípios do Estado do Maranhão no âmbito da 8ª Superintendência Regional Codevasf.

### 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

2.1. Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**ÁREA DE GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE IRRIGAÇÃO** – Unidade da administração superior da Codevasf, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da 8ª SR Codevasf indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**NOTA DE EMPENHO** – Documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.

**PCMAT** – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho é um programa cujo objetivo é prevenção dos riscos e a informação e treinamento dos operários que ajudarão a reduzir as chances dos acidentes e suas consequências quando são produzidos.

**PCMSO** – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional é um programa que deve ser elaborado e implantado em todas as empresas que possuam funcionários registrados. A obrigatoriedade da implantação do PCMSO é dada pela NR 07, em seu item 7.1.1: "Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores". O objetivo do PCMSO é estabelecer um sistema de detecção precoce de doenças relacionadas ao trabalho. Como parte integrante do PCMSO é realizada os seguintes exames médicos ocupacionais: pré-admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais.

**PLANO DE TRABALHO** – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

**PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DA OBRA** - PCAO consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de construção de obras, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área Diretamente Afetada – ADA da obra. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental da obra. Como objetivos específicos:

- a) Executar a obra de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf**

- b) Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;
- c) Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários da obra;
- d) Evitar interferências negativas, das atividades na obra e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.

**PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais é um conjunto de ações visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. São considerados riscos ambientais os agentes químicos, físicos e biológicos. São considerados fatores de riscos ambientais a presença destes agentes em determinadas concentrações ou intensidade. O tempo máximo de exposição do trabalhador a esses agentes é determinado por limites pré-estabelecidos.

**PROJETO TÉCNICO BÁSICO** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global do empreendimento e identificar seus elementos constitutivos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a restringir a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de implantação do empreendimento a situações devidamente comprovadas em ato motivado da administração pública;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à implantação do empreendimento, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para o mesmo;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a implantação do empreendimento;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da implantação do empreendimento, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso, exceto, em relação à respectiva licitação, na hipótese de contratação integrada;

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR) ou TERMO DE REFERÊNCIA (PB)** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

**PROPOSTA DE PREÇOS** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

**PROPOSTA TÉCNICA** – Documento apresentado, fundamentado no detalhamento estabelecido neste Termo de Referência, subsidiado por justificativas metodológicas, bem como dos recursos humanos e materiais, definidos e quantificados a critério do concorrente licitante, segundo os quais o mesmo se propõe a executar os serviços.

**RELATÓRIO FINAL** – Documento elaborado pela contratada, prevista ao término dos trabalhos objeto deste Termo de Referência, no qual é apresentado o relato dos serviços executados.

**RELATÓRIO MENSAL DE ANDAMENTO** – Documento a ser emitido pela contratada, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos. Este documento deverá ser apresentado pelo concorrente licitante, que evidencia o resultado parcial da execução dos serviços ou de componentes dos serviços para acompanhamento mensal dos serviços prestados.

**REUNIÃO DE PARTIDA** – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, Codevasf e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras.





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

**8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em São Luis/MA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.

### **3. REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

3.1. **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário.

3.2. **Valor estimado:** O preço básico está orçado de caráter público em **R\$ 2.995.950,38 (Dois Milhões, novecentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos)**, baseado nas tabelas SICRO Abr/2021, SINAPI Jul/2021, tabelas consultivas da Codevasf e preço do mercado local.

3.3. **Critério de Julgamento:** Menor Preço

3.4. A licitação reger-se-á pelo disposto na Lei nº 13.303 de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), e respectivas alterações e regulamentos.

3.5. **Forma de divulgação do valor estimado:** Público.

OBS.: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – **Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.**

### **4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO**

4.1. Os serviços, objeto destes Termo de Referência serão executados nos municípios localizados nas Bacias do Rio Gurupi, Itapecuru, Mearim, Munim, Parnaíba, Pericumã, Tocantins e Turiaçu e nas bacias litorâneas no Estado do Maranhão sobre a área de abrangência da 8ª Superintendência Regional Codevasf, os quais se encontram listados e agrupados por áreas no Anexo I.

### **5. ESCOPO DOS SERVIÇOS**

5.1. Apoiar a Fiscalização e Acompanhamento das Obras, que compreende a verificação da execução dos serviços em acordo com as especificações técnicas, monitorar o cronograma físico financeiro, verificar a qualidade de material utilizado na obra e elaborar as medições para aprovação da fiscalização da Codevasf.

5.2. Elaboração e Complementação de Termo de Referência, que compreende a colheita de informações em campo, elaboração do memorial descritivo, especificações técnicas e planilhas orçamentárias, emissão de licenciamento e ou aprovação da documentação nos órgão competentes seja na Administração Pública ou Privada (SEMA, CEMAR, CAEMA ou mesmo Prefeituras Municipais), emissão de ART para os projetos técnicos desenvolvidos e a retificações e/ou complementações do projeto, bem como do relatório final através dos desenhos “as built”, quando solicitado pela Codevasf.

5.3. Apoio no planejamento e gestão de projetos que compreende a realização de mapeamento de risco, elaboração de caminho crítico de obra e metas, quando for solicitado de contratos e convênios pela fiscalização, utilizando ferramentas como o MSProject, além de tarefas rotineiras de planejamento de rota de fiscalização e outros.

5.4. A prestação de serviço estará regido pela Lei 13.467 de 2017, que entrou em vigência em em 13 de julho de 2017.

### **6. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS**

6.1. Os serviços objeto do presente Termo de Referência compreende em geral:



#### 6.1.1. Equipe Técnica da Fiscalização:

- a) Orientar, indicando à Construtora, via autorização ambiental municipal ou estadual das jazidas de onde serão retirados os materiais para a construção das obras, comunicando à Fiscalização da Codevasf sobre as distâncias dos locais onde serão utilizados;
- b) Orientar, indicando à Construtora, via autorização ambiental municipal ou estadual dos botaforas onde serão depositados os materiais oriundos das obras, comunicando à Fiscalização da Codevasf sobre as distâncias dos locais onde serão utilizados;
- c) Exigir da Construtora a manutenção e conservação das instalações permanentes, provisórias e do Canteiro de Obras, o cumprimento das Normas Técnicas de Construção e Montagem, a adoção de medidas de segurança e higiene no trabalho, a disciplina, vigilância, limpeza e iluminação dos locais de trabalho e adjacências;
- d) A contratada deverá sempre solicitar da construtora que não deixe estranhos entrarem no canteiro de obras e que esta sempre forneça o EPI e EPC novos para seus empregados.
- e) A Contratada deverá cobrar da construtora o alvará de construção, quando necessário, e a ART quitada do engenheiro da construtora que irá executar a obra;
- f) Registrar os problemas provocados pelas chuvas, bem como fornecer a fiscalização índices e registros oficiais pluviométricos;
- g) Exigir da Construtora o atendimento ao controle ambiental de obras, dos dispositivos previstos nos termos de licenciamento ambiental, produzindo relatórios para a comprovação do atendimento aos condicionantes da Licença de Instalação e para a instrução do Licenciamento de Operação, bem como o fiel cumprimento do estabelecido no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS e demais normativos que versem sobre a temática ambiental;
- h) Preparar e manter no canteiro de obras o Diário de Ocorrências, para registro dos fatos diários. Acompanhar o Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, condições climáticas, mão-de-obra, etc., como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela Contratada em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras/serviços. O livro de ocorrência da obra deverá ter o nome do município, número do termo de compromisso / contrato da Codevasf, nome da empresa construtora e de Apoio à Fiscalização, data, condições do tempo, percentual executado acumulativo do cronograma físico-financeiro, descrição das atividades, espaço para relatar acidentes de trabalho, espaço para assinatura do técnico da construtora, engenheiro e o fiscal da Codevasf. O diário de obras deverá ser feito em 3 (três) vias que, ao final, a 1ª via ficará com a Codevasf, a 2ª via com a construtora e a 3ª via com Contratada do Apoio à Fiscalização;
- i) A empresa de apoio deverá relatar no diário de obras os fatos ocorridos no dia, bem como a aceitação de materiais e equipamentos entregue na obra. Caso seja rejeitado algum material ou equipamento deverá ser feito um parecer técnico para que seja enviado ao fiscal da Codevasf e este tomará as providências junto à construtora para substituição do mesmo;
- j) Elaborar os Relatórios de Andamento, acompanhado de fotografias digitais, bem como emitir os Relatório de Acompanhamento Físico de Contratos – RAF, ATO e Relatório de atendimento as condicionantes ambientais. O RAF deverá ser assinado pelo engenheiro, relatório de obra pelo engenheiro e responsável técnico da Construtora e o relatório ambiental pelo engenheiro ambiental;
- k) Elaborar os Relatórios Parciais e Específicos sobre a evolução das obras ou referentes a problemas que venham a surgir durante o andamento dos serviços, de acordo com as solicitações da Fiscalização da Codevasf;
- l) Elaborar o Relatório Final, incluso verificação do cadastro apresentado pela contratada e elaboração dos projetos “as built” das elevatórias, travessias e estações; (Quando aplicável).;
- m) Elaborar a pré-medição para aprovação da Fiscalização da Codevasf;
- n) Acompanhar a execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro;
- o) Prestar apoio técnico nos trabalhos da Codevasf nas obras a serem implantados e acompanhar periodicamente os serviços executados pelo Convenente nas obras;
- p) Verificar os serviços medidos pela conveniente em relação à planilha conveniada, bem como a lícitada pelo Convenente;
- q) Assessorar a Codevasf, quando necessário, nas ações de readequações das planilhas dos termos de compromissos e os serviços efetivamente executados pelo Convenente;
- r) Realizar uma análise prévia e acompanhar as documentações necessárias às prestações de contas antes que a Conveniente envie à Codevasf.



- s) Verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e serviços executados;
- t) Assessorar na supervisão técnica e aprovação dos serviços.
- u) Acompanhar a execução de testes de funcionamento dos equipamentos e instrumentos;
- v) Acompanhar a pré-operação do sistema, fornecendo um técnico com expertise no empreendimento em questão.

## 6.2. Mobilização da Equipe Técnica

### 6.2.1. Os trabalhos deverão ser executados pela seguinte Equipe Técnica:

- Gestor do contrato. Para executar a logística da equipe de apoio à fiscalização e projetos, bem como organizar as ações administrativas das equipes e técnicos e ações estruturais do contrato de apoio, documentação de gestão pessoal direta da equipe de apoio à fiscalização e por último o controle e programação semanal da equipe de técnicos e mapeamento de riscos de contratos e convênios. Deverá possuir a função de preposto ao contrato a ser celebrado para apoio a fiscalização (Função: Engenheiro e Categoria: P2): 1 profissional graduado em Engenharia Civil, devidamente registrado no conselho, com especialização em Gerenciamento de Projetos com conhecimento em aplicação de técnicas PMBok;

Prazo: 12 meses de Engenheiro P2.

Prazo: 12 meses de Técnico T3.

- Engenheiro de fiscalização, com experiência em obras e serviços de SSAA, Recuperação de estradas vicinais, Pavimentação Asfáltica e Edificações com ART. (Função: Engenheiro e Categoria: P3): 3 profissionais graduados em Engenharia Civil, devidamente registrados no conselho;

Prazo: 12 meses de Engenheiro P3.

- Execução administrativa do contrato de apoio à fiscalização, bem como, dar suporte na fiscalização dos procedimentos pessoais e trabalhistas dos contratos e termos de compromissos e coordenar a logística da equipe de apoio à fiscalização, bem como para organizar as ações administrativas das equipes e técnicos, bem como das ações estruturais do contrato de apoio, documentação de gestão pessoal direta da equipe de apoio à fiscalização. (Função: Auxiliar Administrativo: A2): 1 profissional da área administrativa de ensino médio;

Prazo: 12 meses de profissional A2

#### Resumo dos profissionais:

Profissional	Nível	Função	Categoria	Tempo
Gestor de Projetos	Superior	Engenheiro Planejamento	P2	12 Meses
Engenheiro de Fiscalização	Superior	Engenheiro Civil	P3	12 Meses
Administrativo	Médio	Auxiliar Administrativo	A2	12 Meses

## 6.3. Funções dos profissionais

### 6.3.1. Engenheiro Coordenador ou Gestor:

- a) O coordenador deverá ser engenheiro preferencialmente civil, com especialização em Engenharia de Planejamento, com mínimo de 05 (cinco) anos de exercício da profissão, especialização em Gerenciamento de Projetos com conhecimento em aplicação de técnicas PMBok, com experiência na fiscalização de obras similares às previstas ou elaboração de projetos básicos de SSAA, Edificações, Barragens de Terra, e Recuperação ou Implantação de estradas vicinais, comprovadas através de atestados de órgãos públicos e respectivas CAT's (Certidão de Acervo técnico) emitidas pelo CREA;
- b) O coordenador será responsável pela logística de distribuição e trabalho dos profissionais, bem como pela interlocução junto à Codevasf, para tratativa de problemas relativos ao planejamento macro das atividades;
- c) O coordenador deverá dar suporte técnico aos técnicos, engenheiros, engenheiros ambientais, topógrafos na fiscalização e implantação/ação do apoio à fiscalização no campo;
- d) Os serviços do coordenador serão executados sempre que solicitados pela fiscalização da Codevasf e/ou pelos engenheiros do apoio à fiscalização;



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf**

- e) O coordenador ficará responsável pela elaboração dos relatórios solicitados pela Codevasf, bem como gerenciar os relatórios mensais de andamento de responsabilidade dos demais membros da equipe de apoio à fiscalização.
- f) O coordenador deverá verificar todas as documentações em atendimento ao contrato e emitir laudo de aprovação das mesmas para realização das medições das Construtoras pela CODEVASF.

#### 6.3.2. Engenheiro de Fiscalização

- a) Deverá ser profissional de nível superior com formação em eng. civil, com mínimo de 03 (três) anos de exercício da profissão com atuação acompanhamento, fiscalização ou execução de obras de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Rodovias, Edificações e Barragens de Terra.
- b) Caso o Termo de Referência esteja em conflito com as condições "in loco", ou seja, interferências gerais, como sistema de drenagem pluvial, sistema de abastecimento de água, sistema de telefonia, rede de gás ou outra situação não prevista, é de responsabilidade a revisão junto a equipe de campo a solução técnica mais adequada através de relatório técnico. O relatório técnico deverá ser apresentado à fiscalização da Codevasf para aprovação da área responsável da gestão do contrato, bem como do responsável pelo Termo de Referência;
- c) Caso a Codevasf considere necessário deverá providenciar a retificação/complementação do Termo de Referência;
- d) Deverão promover e acompanhar junto às construtoras as elaborações dos detalhamentos construtivos elétricos, estruturais, de travessias e outros correlacionados as especificações dos serviços;
- e) Responsáveis pela elaboração dos relatórios parciais de obras com os respectivos avanços no cronograma-físico financeiro da obra.

#### 6.3.3. Auxiliar Administrativo:

- a) O profissional administrativo deverá ter experiência, com mínimo de 03 (três) anos de exercício da profissão na área de setor pessoal ou administrativa ou contábil;
- b) O administrativo será responsável pela logística de distribuição da equipe administrativamente, bem como pela interlocução junto a Codevasf, para tratativa de problemas relativos ao planejamento macro das atividades;
- c) O auxiliar administrativo deverá promover e acompanhar junto às construtoras as elaborações dos relatórios e documentos estabelecidos no item 5.1.1.2 - Administrativo;
- d) O profissional deverá verificar todas as documentações em atendimento ao contrato e emitir laudo de aprovação das mesmas para realização das medições das Construtoras pela Codevasf;
- e) O profissional deverá ser o responsável pela administração do escritório, bem como, o responsável pela interlocução dos profissionais da equipe de apoio com a empresa contratante;
- f) O Auxiliar administrativo Administrativo deverá ser o preposto do contrato;
- g) O auxiliar administrativo administrativo deverá realizar as vistorias nas obras para verificação das documentações solicitadas pelo coordenador técnico ou Codevasf;
- h) O técnico deverá verificar a gestão de pessoal realizada pela Construtora.

### 7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar da presente licitação empresas individuais do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que atendam as exigências do TR e seus anexos.

#### 7.2. CONSÓRCIO

7.2.1. Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio.

#### 7.3. SUBCONTRATAÇÃO

7.3.1. Será permitida a subcontratação dos serviços objeto deste TR, com anuência prévia da Codevasf, com exceção da subcontratação dos profissionais pertencentes à equipe técnica; elaboração dos relatórios de acompanhamento e final.



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf**

7.3.2. A contratada poderá subcontratar microempresas e empresas de pequeno porte, nos percentuais estipulados abaixo, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais:

- ✓ Percentual mínimo: 20%
- ✓ Percentual máximo: 40%

#### 7.4. VISITA AO LOCAL DAS OBRAS

7.4.1. A visita aos locais de prestação dos serviços NÃO será obrigatória, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

7.4.2. É de inteira responsabilidade do licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

7.4.3. Os custos de visita aos locais das obras/serviços correrão por exclusiva conta do licitante.

7.4.4. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executadas as obras/serviços os licitantes deverão contatar com a Gerência Regional de Infraestrutura da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, em São-Luis do Maranhão, nos telefones: (98) 3198-1322.

7.4.5. A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo X deste TR), através dos seus prepostos.

### 8. PROPOSTA

8.1. A Proposta de Preços, valor único, deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus Anexos constitutivos.

8.2. A Proposta de Preços constitui-se dos seguintes documentos:

- a) Termo de Proposta constante do Anexo V que é parte integrante destes Termo de Referência contendo os valores globais, incluindo BDI, para a execução dos serviços, conforme a Planilha de Custos dos serviços com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo III que é parte integrante deste , observando-se os preços máximos globais orçados pela Codevasf.
  - Junto com a proposta, as Planilhas de Custos dos Serviços deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
- b) A licitante deverá apresentar o detalhamento do Custo de Administração e Remuneração da Empresa (Anexo VII), com o lucro limitado ao valor máximo de 5,90%;
- c) Detalhamento dos Encargos Sociais - Anexo VI
  - O Licitante deverá demonstrar os percentuais (máximo 73,48%) dos encargos sociais básicos definidos em legislação. Os grupos de encargos que recebem incidência e reincidência dos encargos básicos devem ser corretamente definidos.
- d) Os salários dos profissionais referidos neste Termo de Referência não poderão ser inferiores ao piso estabelecido pela Lei nº 4.950º/66 ou aos pisos fixados pelos Conselhos Regionais de cada categoria profissional e em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, onde houver. Nas localidades não abrangidas por esses instrumentos, os salários deverão ser compatíveis com os praticados no mercado e experiência exigida neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.





- 8.3. A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 8.4. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.
- 8.5. Não poderão ser considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais, os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008. O percentual do ISS deverá ser do município onde serão prestados os serviços. No caso de serviços que abrangem municípios distintos, para definição do ISS médio, deverá ser calculado com base na legislação de cada município e verificação de seu respectivo peso no volume dos serviços.
- 8.5.1. As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.
- 8.6. Já forá previstos os custos com combustível, gps automotivo, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, rastreamento veicular, seguro e impostos dos veículos conforme item Pick-up devendo a licitante atentar para os preços em sua Proposta.
- 8.7. Os gastos e despesas relativas ao deslocamento e alimentação da equipe estão computados na CPU no orçamento na planilha Anexo III.

## **9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.1.1. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;
- b) DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (conforme subitem 7.4.5 e Anexo X) informando que tem conhecimento do local onde serão executadas os serviços de engenharia, emitida pelo próprio licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
- c) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – dos profissionais, expedida(s) pelo conselho Regional de Engenharia (CREA) da região onde os serviços foram executados, que comprovem que o licitante tenha executado serviços de apoio à fiscalização e consultoria técnica - elaboração de projetos técnicos com os seguintes quantitativos mínimos:

ITEM	SERVIÇO
1.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obras de Sistema de Abastecimento de Água, incluindo: captação, reservatório e distribuição ou similar – 2 (uma) obra.
2.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obras Rodoviárias, incluindo: terraplenagem, pavimentação, obras de arte corrente e drenagem – 2 (uma) obra.
3.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de Edificações, incluindo: instalações elétricas, estrutural e hidro-sanitárias – 2 (uma) obra.
4.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obra de Terraplenagem – 2 (uma) obra.



- c1) Entende-se por similares os serviços de porte e complexidade equivalentes àqueles que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Item 5 deste TR.
- c2) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnicos(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no Conselho Regional de Engenharia (CREA); descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.
- c3) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
- I. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
  - II. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
- d) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia (CREA), acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço de fiscalização e consultoria técnica de projetos ou obras.
- d1) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
- O empregado;
  - O sócio;
  - O detentor de contrato de prestação de serviço.
- d2) O licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro do licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- d3) Quando se tratar de dirigente ou sócio do licitante tal comprovação será através do ato constitutivo do mesmo;
- d4) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

## 10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos orçamentários em que correrão as despesas da presente contratação são oriundos de vários Programa Trabalho sob a gestão da Área de Empreendimentos de Irrigação 8ª GRI - Codevasf. São eles:

1. 15.244.2217.7K66.0021 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável  
Local Integrado - No Estado do Maranhão





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

2. 15.451.2217.1D73.0021 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária - No Estado do Maranhão
3. 15.244.2217.7K66.0001 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional
4. 15.451.2217.1D73.0001 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária - Nacional

10.2. O valor estimado para a contratação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência, é de **R\$ 2.995.950,38 (Dois Milhões, novecentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos)**, data-base de Jul/2021, conforme Planilha anexo III.

10.3. Estão inclusos no valor acima (item 10.2), os custos indiretos, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e orçamentação dos serviços constam da Planilha de Custos dos Serviços – Codevasf – Anexo III, parte integrante deste Termo de Referência.

10.4. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal (SINAPI), tabela de Índice do DNIT(SICRO), Tabela Consultiva de Salários e Veículos da CODEVASF e cotação no mercado local, para o estado do Maranhão, na data-base de Jul/2021, não desonerado, atendendo ao disposto na Lei nº 13.080, de 02/01/2015 (LDO 2015) e no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos os custos indiretos, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários elaborados pela Codevasf.

10.4.1. No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas de BDI e Encargos Sociais:

DESPESAS FISCAIS:	ISS: 5,00 % - PIS:1,65 % - CONFINS: 7,60%)		
ENCARGOS SOCIAIS:	73,48 % Mensalista		
OUTROS:	Custos de Administração: 12 %	Lucro: 5,90 % Riscos:1,00%	Despesas Financeira: 0,95%

10.5. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

## 11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

11.1. O prazo para execução do objeto deste TR será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

## 12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos dos serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

- 12.1.1. A Codevasf pagará à Contratada mediante a apresentação de faturas mensais, que deverão ser acompanhadas de Relatório Mensal de Execução dos serviços, e parecer da Fiscalização por meio do Relatório de Acompanhamento Técnico, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.



- 12.1.2. A Codevasf somente pagará a Contratada pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.
- 12.1.3. Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste TR e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- 12.1.4. A Contratada não poderá pagar salários inferiores aos indicados na Proposta.
- 12.1.5. A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, comprovante dos salários pagos e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (FGTS) e do ISS do mês anterior.
- 12.1.6. Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termo de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos serviços, incluindo:
- Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.;
  - Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
  - Remuneração de escritório e despesas fiscais; e
  - Moradia, alimentação e transporte.

### 13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1. Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice setorial publicado na revista "Conjuntura Econômica" da Fundação Getúlio Vargas, correspondente à coluna 39 (Custo Nacional da Construção Civil) - Serviços de Consultoria, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I1 - I0)}{I0}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I1 = Índice correspondente ao mês de aniversário da proposta;

I0 = Índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

### 13.2 GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.2.1 Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- 13.2.2 A caução na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato.
- 13.2.3 Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia/Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 13.2.4 A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 13.2.5 A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de



aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

- 13.2.6 Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 13.2.7 Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 13.2.8 A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90(noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 13.2.9 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
  - b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

#### 14. REPACTUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

14.1. Será permitida a repactuação dos valores de mão de obra do contrato visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o intervalo mínimo de um ano, a contar da data do orçamento a que a proposta se refere e com a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

14.2. Será considerado como data do orçamento a que a proposta se referir da data do acordo coletivo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente. O proponente deverá informar na sua proposta a data dos mesmos, que estipula o salário vigente à época da apresentação da proposta.

14.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipação e de benefícios não previstos originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

14.4. A atualização monetária será admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Codevasf, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o atraso e só será devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

14.5. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com a utilização da seguinte fórmula:

$AM = P \times I$ , onde:

$AM$  = Atualização Monetária;

$P$  = Valor da Parcela a ser paga; e

$I$  = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + im_1/100)^{dx_1/30} \times (1 + im_2/100)^{dx_2/30} \times \dots \times (1 + im_n/100)^{dx_n/30} - 1$ , onde:

$i$  = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

$d$  = Número de dias em atraso no mês "m";

$m$  = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

#### 15. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf**

15.1. A contratada deverá imprimir os projetos básicos elaborados, demandados pela Codevasf.

15.2. A contratada deverá fornecer os veículos para locomoção dos profissionais conforme planilha abaixo:

Profissional	Veículo	Quantidade
Engenheiro Fiscalização	Veículo tipo pick-up, tração 4x4, com ar condicionado, direção hidráulica sistema de GPS e rastreamento veicular, incluso combustível, lubrificante, manutenção e seguro.	12 meses

15.2.1. No total de 4 (quatro) veículos, para utilização no prazo de 12 (doze) meses tipo pick-up, tração 4x4, com ar condicionado, direção hidráulica, incluso combustível, lubrificação, manutenção, seguro e etc. e menos de 2 (dois) anos de uso.

15.3. A contratada deverá implementar em seus carros, previsto na planilha orçamentaria, sistema de navegação GPS automotivo e o sistema de rastreamento veicular disponibilizando a fiscalização da Codevasf, o login e senha do sistema de rastreamento veicular, por placa, para fins de monitoramento dos veículos da contratada.

15.4. A contratada deverá fornecer todas as condições para que a sua equipe execute os serviços com segurança e logística para atenderem a necessidade da fiscalização da Codevasf.

15.5. A contratada deverá fornecer 1 (uma) estação total, incluso acessórios equipamentos auxiliares para a equipe de topografia, o aluguel está incluso nos custos mensais das mesmas.

15.6. A contratada deverá fornecer máquinas fotográficas digitais Semiprofissional com resolução igual ou superior a 18 MP, conforme tabela abaixo:

Profissional	unid	Equipamento	Quantidade
Engenheiro Planejamento	1	Máquina digital.	12 meses
Engenheiro Fiscalização	5	Máquina digital	12 meses

15.7. A Contratada deverá adquirir 6 (seis) máquinas fotográficas com as seguintes características mínimas: Tipo de câmera: câmera digital de lentes intercambiáveis; Megapixel: 16.1; Monitor: LCD 7.5 cm (3.0") tipo wide; Cartões de memória compatíveis: cartões Memory SD compatibilidade Stick PRO Duo/ Memory Stick PRO-HG Duo/ SD/ SDHC/ SDXC; Flash: embutido; Foto: 3D; Formatos da foto: 4:3, 16:9, foto panorâmica e panorâmica 3D; Gravação de áudio: Dolby digital (AC-3)/MPEG-4 AAC-LC, 2ch; Com Gravação de vídeo; Formatos de Vídeo: AVCHD Ver. 2.0 compliant/ MPEG-4 AVC (H.264) com Microfone embutido; Alcance do foco: 18-55 mm, Idioma do Menu: português, Garantia do fornecedor: 2 anos; Itens inclusos: 01 Cartão de Memory SD 8GB; bolsa para câmera digital original do fabricante, para uso da fiscalização de apoio (Engenheiros de Fiscalização) e ao final dos serviços deverão ser entregues para uso e patrimônio da CODEVASF.

15.8. A Contratada deverá adquirir 6 (seis) computadores portáteis (notebooks) com periféricos, com as seguintes características: Processador da 7ª geração ou superior com quatro núcleos, velocidade igual ou superior a 2.5 GHz, Cache 3 MB, mínimo quatro (ou oito) threads Memória 8 GB; Unidade Ótica: DVD/RW; Disco Rígido: 1 TB; Tela 15,6" HD; com Licença do MS Office Standard 2013; Teclado: Português BR; Bateria: Lithium Ion 6 células; Portas: 2 USB (Versão 2.0), 1 HDMI, 1 USB (Versão 3.0) - DB-15/ RJ-45; Sistema Operacional: Microsoft Windows 10 em Português BR; Garantia do fornecedor: 3 anos, Garantia da Bateria: 3 anos, para uso dos profissionais, engenheiros, aux. administrativo, prof. Ação social e Cadista. Para apoio as tarefas. Ao final dos serviços deverão ser entregues para uso e patrimônio da CODEVASF.

15.9. A Contratada deverá adquirir 6 (seis) Receptores GPS de navegação portátil de mão, com as seguintes características: tela colorida, à prova d'água, receptores de alta sensibilidade; mapas e memórias internas mínima de 3 GB; Conter Cartão Micro SD com capacidade mínima de 4 GB; Bússola Eletrônica; Altimetro Barométrico; Realizar cálculo de área; Tela de 2,6" sensível ao toque; GPSMAP com geomarcagem automática; Deve apresentar interface compatível com USB e compartilhamento de dados sem fio com unidades similares, para uso da fiscalização de apoio (Engenheiros de Fiscalização) e ao final dos serviços deverão ser entregues para uso e patrimônio da CODEVASF.



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf**

15.10. A Contratada deverá adquirir 6 (seis) Receptores GPS de navegação automotivo, com as seguintes características: tela colorida, receptores de alta sensibilidade; mapas e memórias internas mínima de 3 GB; Conter Cartão Micro SD com capacidade mínima de 4 GB; Com a função de importar dados de rota, compatível com arquivo de extensão GPX e cálculo de rota; Tela sensível ao toque; 5 pol de diagonal (12,7 cm) Resolução do visor, LxA 480x 272 pixels mínima; Deve apresentar interface compatível com USB, para uso da fiscalização de apoio ações sociais e projetos e ao final dos serviços deverão ser entregues para uso e patrimônio da CODEVASF.

15.11. A contratada deverá fornecer impressoras jato de tinta multifuncional com scanner e xerox e cartuchos para os escritórios a ser instalado em São Luis em um raio de 10 km da 8ª Superintendência da Codevasf, bem como uma impressora a laser colorida e toners.

15.12. A contratada deverá fornecer diárias com alimentação para os profissionais em trânsito, conforme previsto e estimado na planilha de custo, na quantidade máxima conforme tabela abaixo:

Profissional	Função	Dimensionamento	Quantidade
Nível Superior	Engenheiro Fiscalização (6)	12 meses x 8 dias =	unidades
<b>TOTAL DIARIAS</b>		<b>576 unidades</b>	

Total de 576 (Quinhentos e setenta e seis) diárias

15.13. Cada diária do profissional está prevista 2 refeições, o que representa um total de no máximo 2.016 (Duas mil e dezesseis) alimentações prevista.

15.14. A contratada deverá fornecer EPI para os engenheiros e técnicos para os serviços em campo como: botinas, capacetes, protetores auriculares, uniformes, creme para pele com protetor solar e etc.

15.15. A contratada deverá apresentar, depois que demanda pela fiscalização, uma programação viagem mensal das ações para aprovação e monitoramento do fiscal da Codevasf e quaisquer alteração ou imprevistos de ultima hora deverão ser comunicados imediatamente à Codevasf.

15.16. A contratada deverá fornecer ART quitada dos engenheiros para a atividade de fiscalização e as do projetos elaborados.

## 16. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

16.1. **Elaboração de relatórios mensais de progresso das ações do programa-** documento a ser apresentado pela contratada, que traduz o resultado mensal dos serviços ou de componente dos serviços, com fotografias digitais do andamento dos empreendimentos. Contendo o Plano de Logística da contratada para execução com a descrição de metodologias a descrição do planejamento dos serviços abaixo executados, contendo a sequência de etapas/fases/tarefas, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos:

- Apoio à fiscalização nas obras;
- Serviços de Licenciamento e aprovação de licenciamentos ambiental em órgãos competentes
- Serviços de levantamento de dados em campo.

16.2. **Relatório ambiental** – relatório de atendimento as condicionantes ambientais e acompanhamento das licenças a serem emitidos dos projetos desenvolvido pela Contratada, deverá ser entregue mensalmente a fiscalização da Codevasf, bem como enviar uma cópia à 8ª GRR/UMA.

16.3. **Relatório de acompanhamento técnico da obra** – deverá ser entregue a medida que demandado pela equipe de fiscalização, estes relatórios darão suporte da medição da Construtora.

16.4. **Material de Divulgação** – materiais a serem elaborados para divulgação da obra, sob aprovação da Codevasf.

16.5. **Relatório Final** - documento de produção previsto ao término dos trabalhos, no qual a contratada apresenta o relato de todos os serviços executados. Elaborar os Relatórios Finais com os desenhos “as built”.

## 17. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

17.1. Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

17.2. As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.





17.3. A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.

17.4. Encadernação - a encadernação dos relatórios parciais e específicos poderá ser em espiral, capa dura ou garra plástica.

17.5. A encadernação do Relatório Final deverá ser do tipo “capa-dura”, não sendo aceita com garras plásticas.

17.6. Os Relatórios de Execução de Serviços (Mensal, Anual e Final), bem como relatórios específicos solicitados, deverão ser emitidos pela Contratada em duas vias impressas e em meio digital.

## FISCALIZAÇÃO

17.7. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.

17.8. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

17.9. A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.

17.10. Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.

17.11. Deverá checar se a contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.

17.12. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.

17.13. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.

17.14. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela contratada.

17.15. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data apazada, com as devidas justificativas.

17.16. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.

17.17. O fiscal do contrato terá 05 (cinco) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.

17.18. Analisar e aprovar os relatórios mensal e final constantes do item 16. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à contratada.

17.19. Notificar a contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.

17.20. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.



- 17.21. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 17.22. Receber e encaminhar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 17.23. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 17.24. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 17.25. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da contratada.
- 17.26. Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 17.27. Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassarem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 17.28. Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 17.29. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 17.30. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 17.31. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

## **18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**

- 18.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos no item 16 deste TR, analisados e aprovados pela CODEVASF.
- 18.1.1. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 18.1.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 18.1.3. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.
- 18.1.4. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.





18.1.5. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.

18.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.

18.1.7. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.

18.1.8. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
- c) Liberação da Caução Contratual.

18.1.9. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

## **19. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

19.1. A Contratada deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

## **20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

20.1. Atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993. Em seu art. 4º, o Decreto nº 7.746 que estabelece como diretrizes de sustentabilidade critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais. São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h) Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

20.2. Com base nas diretrizes supracitadas, atentar-se para o atendimento de alguns critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010 (MPOG), para a elaboração do Termo de Referência e/ou executivo, serviços de engenharia e aquisição de materiais, tais como:

- a) Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- b) Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;



- c) Uso exclusivo de lâmpadas LED ou fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- d) Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- e) Aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- f) Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

20.3. Ainda de acordo com a IN 01/2010, na elaboração do Termo de Referência e/ou executivo deverão ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

20.4. Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde deverão ser adotadas as seguintes providências:

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- b) Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
  - I) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- d) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
  - I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
  - II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
  - V) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- f) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- g) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
  - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
  - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

20.5. Deverão ser observadas as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf**

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
- b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

20.6. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, deverá ser efetuado o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) Recolher o óleo lubrificante usado na manutenção de seus veículos, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
- b) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

20.7. Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## **21. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

21.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a) Apresentar os currículos para aprovação dos engenheiros para acompanhamento das obras e início dos serviços. Caso a CODEVASF não aceite o profissional em qualquer momento dos serviços a empresa terá 72 horas para apresentar o currículo do profissional substituto.
- b) Lista dos equipamentos e especificações a serem adquiridos (máquinas fotográficas, notebooks, gps portáteis e gps automotivos) para serem aprovados pela Fiscalização da Codevasf.
- c) Lista e especificações dos veículos com o sistema de rastreamento a ser implementado junto ao Login e senha a ser disponibilizado, no intuito monitoramento da Codevasf, para aprovação do chefe fiscal da Codevasf a ser designado por nomeação.



21.2. Deverá ser mantido para apoio aos serviços junto à Fiscalização da CODEVASF, um escritório Central de Apoio a Fiscalização e Projetos, na cidade de São Luís-MA, com mesa, cadeira, armário, ar condicionado, telefone, multifuncional, 9 (nove) notebooks com periféricos, hardware atual e software adequado ao acompanhamento dos empreendimentos, administração de escritório e comunicação, internet e materiais de escritório necessários à operação dos equipamentos e desempenho das atividades pelo período correspondente ao da execução dos serviços, sendo que ao final das obras todos os materiais e equipamentos serão da CONTRATADA.

21.3. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

21.4. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Eng. Planejamento dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em São Luís na 8ª Superintendência Regional da Codevasf.

21.5. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

21.6. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.

21.7. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

21.8. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.

21.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA.

21.10. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

21.11. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.

21.12. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre “CAUÇÃO”.

21.13. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.

21.14. Caso a contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.

21.15. A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.

21.16. Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.

21.17. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.

21.18. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas





**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf**

vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.

21.19. A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.

21.20. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.

21.21. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

21.22. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução das obras e serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:

- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
- b) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

21.23. A CONTRATADA deverá disponibilizar veículos para equipe de fiscalização e aos motorista para execução de tarefas de ação sociais, projetos e as demandas pela fiscalização da Codevasf. Conforme especificações e quantitativos constantes das Planilhas de Preços e Quantidades que integram o presente Termo de Referência.

21.24. Os veículos deverão ser identificados com as seguintes inscrições, em atendimento à Resolução nº 9.674/01 – Codevasf:

**CODEVASF**  
**VEÍCULO A SERVIÇO DA 8ªSR CODEVASF**  
**EQUIPE DE APOIO A FISCALIZAÇÃO DE OBRAS**

21.25. Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos previstos nos subitens 21.23, durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha Orçamentária.

21.26. Estes automóveis podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída.

21.27. A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.

## **22. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

22.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato

22.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

22.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

22.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

- 22.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 22.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e serviços contratados.
- 22.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

### **23. CONDIÇÕES GERAIS**

- 23.1. Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 23.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.



## 24. ANEXOS

24.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- ✓ Anexo I – Lista dos Municípios de abrangência da 8ªSR com convênios, contratos ou termos de compromisso
- ✓ Anexo II – Especificações Técnicas
- ✓ Anexo III – Planilha de Estimativa dos Custos
- ✓ Anexo IV – Planilha de Quantitativos
- ✓ Anexo V – Termo da Proposta
- ✓ Anexo VI – Detalhamento dos Encargos Sociais
- ✓ Anexo VII – Custo com Administração e Remuneração da Empresa
- ✓ Anexo VIII – Detalhamento com despesas fiscais
- ✓ Anexo IX – Justificativas
- ✓ Anexo X – Modelo de Declaração de conhecimento do local dos serviços
- ✓ Anexo XI - **Justificativas**

### Anexo XI: Justificativas

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

#### **Justificativas: Da necessidade da contratação**

A 8ª Superintendência Regional da Codevasf atua no Vale dos Rios: Gurupi, Itapecuru, Mearim, Munim, Parnaíba, Pericumã, Tocantins e Turiáçu. Atuando em todos 217 municípios maranhense, numa extensão de aproximadamente 331.983 km². Diante do quadro técnico numericamente limitado dos funcionários da 8ªSR e a extensa área territorial a ser coberta pela Fiscalização ou ainda demanda nos projetos. Para atender a crescente demanda no número de convênios, contratos e projetos, será necessário o envolvimento de um maior número de pessoas para executar serviços de Apoio. Frequentemente a fiscalização da Codevasf executam percursos que ultrapassam os 1.000 km com deslocamento para a vistorias nas obras, vem exigindo muito tempo no deslocamento entre a capital, São Luís, onde se encontra a sede da Codevasf e o município a ser fiscalizado e ainda são demandas com tarefas rotineiras internas inerentes a funções da Codevasf, análises de projetos tramites processuais e outros o que justifica-se a viabilização da contratação de uma equipe de apoio à fiscalização e para o acompanhamento dos Convênios e Contratos e consultoria técnica na elaboração e levantamento de dados, no âmbito da 8ª Superintendência da Codevasf.

**Empreitada por Preços Unitários:** preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual,** no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

**Justificativa Serviços Comuns:** O serviço de Apoio e Fiscalização é um serviço de engenharia, não podendo ser considerado um serviço de natureza comum. Na falta dos serviços de Apoio e Fiscalização, a Administração Pública da Codevasf poderá ser bastante prejudicada de forma a comprometer a continuidade nos serviços já prestados pela Codevasf, sobrecarregando os seus profissionais. Conforme definição do serviço continuado “é aquele cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração”. Tendo em vista o comprometimento ou mesmo a interrupção parcial, o objeto da licitação poderá ser **considerado um serviço continuado**.

**Critério de Julgamento:** Menor preço, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

**Divulgação do valor orçado:** Tendo em vista que o critério de julgamento é menor preço, a divulgação no orçamento, no presente caso, é justificada uma vez que orçamento de referência servirá como critério para aceitabilidade das propostas, bem como servirão de base para apresentação das propostas das licitantes.

*Registra-se, nesse mesmo sentido, a recomendação contida no Acórdão n.º 1502/2018 - Plenário TCU, que dispõe: “Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento”.*

**Qualificação Técnica:** O critério adotado para habilitação da capacidade técnica da empresa licitante foi meramente quanto à especificidade técnica dos serviços a serem executados, exigindo comprovação com relação aos serviços mais relevantes técnica e quantitativamente, de forma a comprovar a capacidade técnica do licitante e dos profissionais em serviços realizados.

**Garantia de Execução (caução):** É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Divulgação do valor orçado:** Será divulgado o valor orçado para servir como base, tendo em vista que o critério de julgamento é de menor preço.

O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal (SINAPI), no estado do Maranhão na data base Jul/2021 e do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO) na data base Abril/2021, não desonerado atendendo ao disposto na Lei nº 13.080 de 02/01/2015 (LDO 2015) e no decreto nº 7.983 de 08/04/2013. Já incluso o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários elaborados pela Codevasf.

#### **Modo de Disputa:**

**Aberto com orçamento público.** Observando o princípio da publicidade. Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU: “Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.”



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf**

ABERTO, com lance intermediário mínimo no valor de 0,5% (meio por cento) correspondente ao valor total orçado (Anexo VI – Planilha Orçamentária), Art. 32 do Decreto 10.024/2019.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

## **ANEXO I – LISTA DE MUNICÍPIOS ABRAGEM A FISCALIZAÇÃO DA CODEVASF 8ªSR**

**Setembro / 2021**



**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação**  
**– 8ª GRI**

<b>8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL (SR) - MARANHÃO</b>			
Listagem dos Municípios integrantes das Bacias Hidrográficas do Itapecuru, Mearim e Parnaíba, Tocantins, Munin, Gurupi, Turiaçu, Pericumã e bacias litorâneas do Maranhão			
ITENS	MUNICÍPIO	REGIÃO	DISTÂNCIA A CAPITAL (KM)
1	Açailândia	Oeste Maranhense	563 km
2	Afonso Cunha	Norte Maranhense	306 km
3	Água Doce do Maranhão	Leste Maranhense	439 km
4	Alcântara	Norte Maranhense	99 km
5	Aldeias Altas	Leste Maranhense	368 km
6	Altamira do Maranhão	Oeste Maranhense	334 km
7	Alto Alegre do Maranhão	Leste Maranhense	205 km
8	Alto Alegre do Pindaré	Oeste Maranhense	219 km
9	Alto Parnaíba	Sul Maranhense	1.046 km
10	Amapá do Maranhão	Norte Maranhense	295 km
11	Amarante do Maranhão	Oeste Maranhense	835 km
12	Anajatuba	Norte Maranhense	130 km
13	Anapurus	Leste Maranhense	280 km
14	Apicum-Açu	Norte Maranhense	308 km
15	Araguanã	Oeste Maranhense	349 km
16	Araioses	Leste Maranhense	306 km
17	Arame	Centro Maranhense	476 km
18	Arari	Norte Maranhense	165 km
19	Axixá	Norte Maranhense	100 km
20	Bacabal *	Centro Maranhense	246 km
21	Bacabeira *	Centro Maranhense	58 km
22	Bacuri	Norte Maranhense	278 km
23	Bacurituba	Norte Maranhense	150 km
24	Balsas	Sul Maranhense	810 km
25	Barão de Grajaú	Leste Maranhense	679 km
26	Barra do Corda	Centro Maranhense	462 km
27	Barreirinhas	Norte Maranhense	256 km
28	Bela Vista do Maranhão	Norte Maranhense	247 km
29	Belágua	Norte Maranhense	281 km
30	Benedito Leite	Sul Maranhense	522 km
31	Bequimão	Norte Maranhense	86 km
32	Bernardo do Mearim	Centro Maranhense	304 km
33	Boa Vista do Gurupi	Norte Maranhense	299 km
34	Bom Jardim	Oeste Maranhense	275 km
35	Bom Jesus das Selvas	Oeste Maranhense	465 km
36	Bom Lugar	Centro Maranhense	280 km
37	Brejo	Leste Maranhense	313 km
38	Brejo de Areia	Oeste Maranhense	353 km
39	Buriti	Leste Maranhense	332 km
40	Buriti Bravo	Leste Maranhense	499 km
41	Buritcupu	Oeste Maranhense	395 km
42	Buritirana	Oeste Maranhense	694 km
43	Cachoeira Grande	Norte Maranhense	141 km
44	Cajapió	Norte Maranhense	68 km
45	Cajari	Norte Maranhense	200 km
46	Campestre do Maranhão	Leste Maranhense	708 km



47	Cândido Mendes	Oeste Maranhense	350 km
48	Cantanhede	Norte Maranhense	154 km
49	Capinzal do Norte *	Leste Maranhense	260 km
50	Carolina	Sul Maranhense	833 km
51	Carutapera	Oeste Maranhense	354 km
52	Caxias *	Leste Maranhense	360 km
53	Cedral	Norte Maranhense	232 km
54	Central do Maranhão	Norte Maranhense	182 km
55	Centro do Guilherme	Oeste Maranhense	449 km
56	Centro Novo do Maranhão	Oeste Maranhense	208 km
57	Chapadinha	Norte Maranhense	248 km
58	Cidelândia	Leste Maranhense	642 km
59	Codó	Leste Maranhense	290 km
60	Coelho Neto	Leste Maranhense	385 km
61	Colinas	Leste Maranhense	437 km
62	Conceição do Lago-Açu	Norte Maranhense	365 km
63	Coroatá	Leste Maranhense	260 km
64	Cururupu	Norte Maranhense	230 km
65	Davinópolis	Leste Maranhense	659 km
66	Dom Pedro *	Centro Maranhense	324 km
67	Duque Bacelar	Leste Maranhense	343 km
68	Esperantinópolis	Centro Maranhense	350 km
69	Estreito	Sul Maranhense	745 km
70	Feira Nova do Maranhão	Sul Maranhense	804 km
71	Fernando Falcão *	Centro Maranhense	554 km
72	Formosa da Serra Negra *	Centro Maranhense	481 km
73	Fortaleza dos Nogueiras	Sul Maranhense	707 km
74	Fortuna	Centro Maranhense	420 km
75	Godofredo Viana	Oeste Maranhense	348 km
76	Gonçalves Dias	Centro Maranhense	340 km
77	Governador Archer	Centro Maranhense	315 km
78	Governador Edison Lobão	Sul Maranhense	661 km
79	Governador Eugênio Barros	Centro Maranhense	372 km
80	Governador Luiz Rocha	Centro Maranhense	427 km
81	Governador Newton Bello	Oeste Maranhense	280 km
82	Governador Nunes Freire	Norte Maranhense	233 km
83	Graça Aranha	Centro Maranhense	378 km
84	Grajaú	Centro Maranhense	580 km
85	Guimarães	Norte Maranhense	213 km
86	Icatu	Norte Maranhense	110 km
87	Igarapé do Meio	Norte Maranhense	162 km
88	Igarapé Grande	Centro Maranhense	365 km
89	Humberto de Campos	Norte Maranhense	180 km
90	Imperatriz	Leste Maranhense	631 km
91	Itaipava do Grajaú	Centro Maranhense	447 km
92	Itapecuru Mirim *	Norte Maranhense	108 km
93	Itinga do Maranhão	Oeste Maranhense	622 km
94	Jatobá	Leste Maranhense	422 km
95	Jenipapo dos Vieiras	Centro Maranhense	505 km
96	João Lisboa	Oeste Maranhense	650 km
97	Joselândia	Centro Maranhense	337 km
98	Junco do Maranhão	Norte Maranhense	275 km
99	Lago da Pedra	Oeste Maranhense	312 km
100	Lago do Junco	Centro Maranhense	316 km



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf**

101	Lago dos Rodrigues	Centro Maranhense	320 km
102	Lago Verde	Centro Maranhense	294 km
103	Lagoa do Mato *	Leste Maranhense	560 km
104	Lagoa Grande do Maranhão	Oeste Maranhense	375 km
105	Lajeado Novo	Sul Maranhense	674 km
106	Lima Campos *	Centro Maranhense	258 km
107	Loreto *	Sul Maranhense	715 km
108	Luís Domingues	Norte Maranhense	364 km
109	Magalhães de Almeida	Leste Maranhense	409 km
110	Maracaçumé	Oeste Maranhense	245 km
111	Marajá do Sena	Oeste Maranhense	394 km
112	Maranhãozinho	Norte Maranhense	245 km
113	Mata Roma	Norte Maranhense	282 km
114	Matinha	Norte Maranhense	222 km
115	Matões *	Leste Maranhense	463 km
116	Matões do Norte *	Norte Maranhense	136 km
117	Milagres do Maranhão	Leste Maranhense	360 km
118	Mirador	Leste Maranhense	485 km
119	Miranda do Norte *	Norte Maranhense	124 km
120	Mirinzal	Norte Maranhense	198 km
121	Monção	Norte Maranhense	244 km
122	Montes Altos	Oeste Maranhense	640 km
123	Morros	Norte Maranhense	100 km
124	Nina Rodrigues	Norte Maranhense	183 km
125	Nova Colinas	Sul Maranhense	734 km
126	Nova Iorque	Leste Maranhense	496 km
127	Nova Olinda do Maranhão	Centro Maranhense	365 km
128	Olho d'Água das Cunhãs	Centro Maranhense	287 km
129	Olinda Nova do Maranhão	Norte Maranhense	250 km
130	Paço do Lumiar	Norte Maranhense	16,5 km
131	Palmeirândia	Norte Maranhense	115 km
132	Paraibano	Leste Maranhense	502 km
133	Parnarama *	Leste Maranhense	488 km
134	Passagem Franca *	Leste Maranhense	409 km
135	Pastos Bons *	Leste Maranhense	550 km
136	Paulino Neves	Norte Maranhense	291 Km
137	Paulo Ramos	Oeste Maranhense	347 km
138	Pedreiras	Centro Maranhense	245 km
139	Pedro do Rosário	Norte Maranhense	341 km
140	Penalva	Norte Maranhense	255 km
141	Peri Mirim	Norte Maranhense	105 km
142	Peritoró *	Leste Maranhense	236 km
143	Pindaré-Mirim	Oeste Maranhense	255 km
144	Pinheiro	Norte Maranhense	123 km
145	Pio XII	Centro Maranhense	270 km
146	Pirapemas	Norte Maranhense	180 km
147	Poção de Pedras	Norte Maranhense	350 km
148	Porto Franco	Centro Maranhense	731 km
149	Porto Rico do Maranhão	Norte Maranhense	238 km
150	Presidente Dutra	Centro Maranhense	347 km
151	Presidente Juscelino	Norte Maranhense	94 km
152	Presidente Médici	Norte Maranhense	262 km
153	Presidente Sarney	Norte Maranhense	159 km
154	Presidente Vargas	Norte Maranhense	165 km

155	Primeira Cruz	Oeste Maranhense	199 km
156	Raposa	Norte Maranhense	21,5 km
157	Riachão	Sul Maranhense	920 km
158	Ribamar Fiquene	Centro Maranhense	692 km
159	Rosário	Norte Maranhense	75 km
160	Sambaíba *	Sul Maranhense	746 km
161	Santa Filomena do Maranhão	Centro Maranhense	345 km
162	Santa Helena	Norte Maranhense	165 km
163	Santa Inês	Oeste Maranhense	250 km
164	Santa Luzia	Oeste Maranhense	294 km
165	Santa Luzia do Paruá	Oeste Maranhense	281 km
166	Santa Quitéria do Maranhão	Leste Maranhense	350 km
167	Santa Rita *	Norte Maranhense	81 km
168	Santana do Maranhão	Leste Maranhense	404 km
169	Santo Amaro do Maranhão	Norte Maranhense	242 km
170	Santo Antônio dos Lopes *	Centro Maranhense	310 km
171	São Benedito do Rio Preto	Centro Maranhense	246 km
172	São Bento	Norte Maranhense	134 km
173	São Bernardo	Leste Maranhense	375 km
174	São Domingos do Azeitão *	Sul Maranhense	634 km
175	São Domingos do Maranhão	Centro Maranhense	380 km
176	São Félix de Balsas *	Sul Maranhense	716 km
177	São Francisco do Brejão	Oeste Maranhense	447 km
178	São Francisco do Maranhão *	Leste Maranhense	604 km
179	São João Batista	Norte Maranhense	280 km
180	São João do Carú	Oeste Maranhense	360 km
181	São João do Paraíso	Sul Maranhense	772 km
182	São João do Soter	Leste Maranhense	43 km
183	São João dos Patos *	Leste Maranhense	540 km
184	São José de Ribamar	Norte Maranhense	29 km
185	São José dos Basílios	Centro Maranhense	335 km
186	São Luís	Norte Maranhense	0 km
187	São Luís Gonzaga do Maranhão *	Centro Maranhense	209 km
188	São Mateus do Maranhão *	Centro Maranhense	180 km
189	São Pedro da Água Branca	Leste Maranhense	700 km
190	São Pedro dos Crentes	Sul Maranhense	795 km
191	São Raimundo das Mangabeiras *	Sul Maranhense	725 km
192	São Raimundo do Doca Bezerra	Centro Maranhense	379 km
193	São Roberto	Centro Maranhense	287 km
194	São Vicente Ferrer	Norte Maranhense	275 km
195	Satubinha	Centro Maranhense	280 km
196	Senador Alexandre Costa	Centro Maranhense	421 km
197	Senador La Rocque	Oeste Maranhense	650 km
198	Serrano do Maranhão	Norte Maranhense	261 km
199	Sítio Novo	Centro Maranhense	631 km
200	Sucupira do Norte	Leste Maranhense	503 km
201	Sucupira do Riachão	Leste Maranhense	540 km
202	Tasso Fragoso	Sul Maranhense	941 km
203	Timbiras	Leste Maranhense	316 km
204	Timon *	Leste Maranhense	450 km
205	Trizidela do Vale	Centro Maranhense	282 km
206	Tufilândia	Oeste Maranhense	283 km
207	Tuntum *	Centro Maranhense	365 km
208	Turiaçu	Oeste Maranhense	254 km



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

209	Turilândia	Oeste Maranhense	183 km
210	Tutóia	Norte Maranhense	463 km
211	Urbano Santos	Oeste Maranhense	269 km
212	Vargem Grande	Norte Maranhense	172 km
213	Viana	Norte Maranhense	217 km
214	Vila Nova dos Martírios	Leste Maranhense	661 km
215	Vitoria do Mearim	Norte Maranhense	178 km
216	Vitorino Freire	Oeste Maranhense	300 km
217	Zé Doca	Oeste Maranhense	302 km



Ministério do Desenvolvimento Regional - MRD  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

## **ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**Setembro / 2021**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

## **ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NORMAS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 1.1 Os serviços contratados pela CODEVASF serão executados, rigorosamente, de acordo com estas ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. No caso de dúvida ou omissão nos elementos oferecidos, as normas técnicas da ABNT serão consultadas.
- 1.2 Todos os materiais, salvo disposto em contrário nesta especificação, serão fornecidos pela Contratada.
- 1.3 Toda a mão-de-obra, salvo o disposto em contrário nesta especificação será fornecida pela Contratada.
- 1.4 Serão impugnados, pela Fiscalização, todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais, projeto e esta especificação.
- 1.5 Ficará a Contratada obrigada a refazer os trabalhos impugnados logo após a oficialização pela CODEVASF, ficando por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes dessas providências.
- 1.6 Estas especificações são gerais para os serviços de apoio a fiscalização e consultoria técnica da Codevasf para os empreendimentos no Estado do Maranhão no âmbito da 8ª Superintendência Regional.

### **2. FORMAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 2.1 Os serviços de Apoio à Fiscalização e Consultoria serão contratados pela Codevasf pelo sistema de **Empreitada por Preço Unitário**.
- 2.2 A execução dos serviços será contratada pelo preço global apresentado na proposta financeira, efetuando-se os pagamentos mensais de acordo com as medições dos serviços efetivamente executados no período, aprovados pela Fiscalização da Codevasf, multiplicados pelos preços unitários propostos por unidades de serviços, sendo que o custo final deverá ser, no máximo, igual ao apresentado na proposta financeira.
- 2.3 Os quantitativos fornecidos pela Codevasf, nos documentos de Licitação, visam uniformizar as propostas das Licitantes e obter o valor global para o presente Projeto Básico ou Termo de Referência.

### **3. TRANSFERÊNCIA DE PESSOAL, HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO**

- 3.1 A hospedagem e alimentação do (s) Engenheiro (s) de Fiscalização e para equipe de campo está contemplada nas planilhas orçamentárias no item “Hospedagem e alimentação para a fiscalização e Hospedagem e alimentação para projetos”.
- 3.2 A locomoção do (s) engenheiro (s) de fiscalização e a de projetos nas obras e entre as cidades, será feita em veículo tipo pickup 4x4 cabine dupla que está contemplado nas planilhas de orçamentação com o combustível.

#### **3.3 Medição e Pagamento.**

- 3.3.1 Os itens contemplados nas Planilhas de Orçamentação serão pagos conforme os valores unitários apresentados na proposta e de acordo com as medições mensais aprovadas pela Codevasf. Os que não estão contemplados na planilha de orçamentação fazem parte das despesas indiretas.





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

#### **4. ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 4.1 Este item refere-se à administração dos serviços, incluindo as despesas com energia elétrica, comunicações, emissão de relatórios e qualquer outra despesa necessária ao funcionamento dos serviços de Apoio à Fiscalização e Consultoria.
- 4.2 O Auxiliar Administrativo ou Auxiliar Técnico, contemplado nas planilhas orçamentárias terá a função de auxiliar o (s) Engenheiro (s) de Fiscalização no controle e organização dos documentos, emissão das faturas e notas fiscais, e auxílio na interlocução formal entre os profissionais envolvidos nos serviços, entre o escritório da Contratada e a Codevasf, entre o(s) Engenheiro(s) de Fiscalização e a Codevasf, bem como pelo envio de documentos, relatórios, etc.
- 4.3 Nas planilhas orçamentárias está previsto um item com recursos para material gráfico como plotagens, impressões, cópias xerográficas, equipamentos como telefones, impressoras, máquinas fotográficas, filmadoras ou outros materiais e equipamentos que julgarem necessários para execução dos serviços prestados.

#### **4.4 Medição e Pagamento**

- 4.4.1 Os itens contemplados nas Planilhas de Orçamentação serão pagos conforme os valores unitários apresentados na proposta e de acordo com as medições mensais aprovadas pela CODEVASF. Os que não estão contemplados nas planilhas de orçamentação fazem parte das despesas indiretas.

#### **5. FISCALIZAÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA**

- 5.1 A empresa contratada para construção das obras terá que elaborar (caso previsto em contrato ou convênio) os Detalhamentos Construtivos elétricos, estrutural e de travessias, quando houver necessidade. O(s) engenheiro(s) de fiscalização apoiará a Codevasf no acompanhamento, junto à construtora ou entidade conveniente, da elaboração dos Detalhamentos Construtivos conforme condições do local, bem como observar as normas da ABNT e dos órgãos responsáveis pela sua aprovação como Companhias Estaduais de Energia Elétrica, Prefeitura, DNIT, DER, FCA e outras entidades que autorizem e liberem as obras previstas nas respectivas áreas de atuação.
- 5.2 O(s) engenheiro(s) de fiscalização deverá apoiar a Codevasf no acompanhamento das obras com a responsabilidade de verificar todas as ocorrências, anotando-as no livro de ocorrência da obra, verificar as execuções dos serviços conforme as especificações técnicas dos projetos, verificar o andamento das obras em relação ao cronograma físico-financeiro, verificar a aplicação das normas de segurança do trabalho e verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e serviços executados e fotografar e filmar partes das obras que julgar interessantes.
- 5.3 O engenheiro(s) de fiscalização e consultoria deverá informar à fiscalização da Codevasf, para aprovação, através de relatório mensal, os detalhes dos serviços executados pela construtora, atualização do cronograma físico-financeiro e a pré-medição dos serviços e obras a faturar. Após conferência e aprovação da mesma pela Codevasf, esta efetuará a medição definitiva do mês.
- 5.4 O(s) engenheiro(s) de fiscalização será(ão) responsável(is) pelo apoio no acompanhamento das obras para que atendam ao cronograma físico previsto pela construtora, as retificações e complementações do projeto básico deverão ser



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

analisados e, através de relatórios técnicos, demonstrar a necessidade das alterações e sugerir soluções para aprovação da Codevasf e Técnico responsável pelo projeto.

- 5.5 O(s) engenheiro(s) de fiscalização deverá(ão), junto com a construtora e o engenheiro fiscal da Codevasf, rever a lista de materiais do projeto técnico básico para aquisição, apenas do material necessário verificado “in loco”, bem como atualizações conforme detalhamentos construtivos (no caso de contratos). O(s) engenheiro(s) de fiscalização deverá(ão) apoiar o engenheiro fiscal da Codevasf para que este possa autorizar a aquisição dos materiais pela construtora somente após conferência da lista pelos engenheiros e constar no livro de ocorrência da obra a ciência do(s) engenheiro(s) de fiscalização, do engenheiro fiscal da Codevasf e o da construtora para que sejam evitados pleitos e reclamações futuras da construtora.
- 5.6 Ao final das obras, caso seja solicitado pela Codevasf, os engenheiro(s) de fiscalização apoiará a Codevasf no acompanhamento da pré-operação do sistema.
- 5.7 Caso o projeto técnico básico esteja em conflito com as condições “in loco”, intervindo com sistema de drenagem pluvial, sistema de abastecimento de água ou outra situação não prevista no projeto, será de responsabilidade do(s) engenheiro(s) de fiscalização comunicar o fato imediatamente à Codevasf através de Relatório Técnico e apoiar o engenheiro da Codevasf para solucionar o problema. Toda alteração de projeto deverá ser aprovada antes pela fiscalização da Codevasf e sempre deverá adotar soluções que não aumentem quantitativos ou criem serviços não estabelecidos nas planilhas orçamentárias. As soluções contrárias deverão ser adotadas apenas em último caso, justificadas e demonstradas que são as melhores ou únicas e sempre devem ser aprovadas pela Codevasf antes de iniciarem os serviços.
- 5.8 A verificação dos serviços poderá ser feita diretamente com os profissionais da construtora, fiscalizando e acompanhando os serviços executados. Deverá verificar os serviços topográficos junto ao topógrafo da construtora ou solicitar à fiscalização da Codevasf autorização para utilização de topógrafo próprio para a verificação em situações de incerteza dos serviços executados, bem como no caso de utilização de técnico laboratorista de solos, técnico de concreto e técnico em eletricidade para verificar as instalações elétricas e automação de elevatórias e estações de tratamento de água ou esgoto.
- 5.9 A distribuição de municípios, para determinar a responsabilidade de cada engenheiro de fiscalização, deverá ser realizada junto com a Codevasf levando em consideração distâncias entre os municípios, características de projetos e outros fatores relevantes a serem considerados a regiões no mapa maranhense, conforme divisão no Anexo I.
- 5.10 Nas planilhas de orçamentação está previsto um carro com GPS e combustível para deslocamento nos canteiros de obras, bem como entre os municípios de sua responsabilidade e um computador portátil para execução dos serviços, máquina fotográfica, GPS portátil de mão, para cada engenheiro do apoio a fiscalização e a de projetos.

## **5.11 Medição e Pagamento**

- 5.11.1 Os serviços do(s) engenheiro(s) de fiscalização serão medidos conforme as planilhas de orçamentação de serviços e autorizadas pela fiscalização da Codevasf. Estes serviços só poderão ser executados com autorização da fiscalização da Codevasf e sua mensuração será de responsabilidade do fiscal deste contrato de



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
- 8ª GRI

Apoio à Fiscalização e Supervisão. O Salário do Engenheiro(s) não deverá ser inferior ao da proposta apresentada e nem ao da Legislação Vigente.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Fornecer os veículos para locomoção do(s) engenheiro(s) de fiscalização e projetos, bem como outras previstas conforme especificado no TR.
- 6.2 Apresentar os currículos para aprovação do(s) engenheiro(s) de fiscalização para acompanhamento das obras caso a Codevasf não aceite o profissional a empresa terá 72 horas para apresentar o currículo do profissional substituto.
- 6.3 Fornecer todas as condições para que a sua equipe execute os serviços com segurança e logística para atenderem a necessidade da fiscalização da Codevasf.
- 6.4 Atender de imediato a fiscalização da Codevasf e sempre que solicitado fornecer os profissionais de apoio a sua equipe de campo com aprovação da fiscalização da Codevasf.
- 6.5 O transporte dos funcionários deverá estar embutido no preço proposto pela empresa e não poderá ser objeto de pleito futuro.
- 6.6 A distribuição de serviços para o(s) engenheiro(s) de fiscalização deverá ser feita junto com o fiscal do contrato da Codevasf e deverão ser observados aspectos como distâncias entre os municípios, complexidades dos projetos e experiência do profissional.
- 6.7 **Ao final dos serviços a Contratada deverá providenciar a desmobilização do escritório e a entrega dos equipamentos para a Codevasf.**
- 6.8 A Contratada deverá acompanhar as obras para que sejam executadas atendendo as especificações técnicas, projetos, normas da ABNT, NR do Ministério do Trabalho, ou seja, comunicar sempre à Codevasf quando a construtora não quiser atender as exigências regulamentares, projeto e especificação técnica.
- 6.9 A Contratada deverá, junto com a fiscalização da Codevasf, quando solicitado pela Codevasf, apoiar na aprovação do canteiro de obras e das placas de divulgação.
- 6.10 A Contratada poderá relatar no diário de obras os fatos ocorridos no dia, bem como a aceitação de materiais e equipamentos entregue na obra. Caso seja rejeitado algum material ou equipamento deverá ser feito um parecer técnico para que seja enviado ao fiscal da Codevasf e este tomará as providências junto à construtora para substituição do mesmo.
- 6.11 No caso de contratos, o livro de ocorrência da obra deverá ter o nome do município, número do convênio/ contrato da Codevasf, nome da empresa construtora e de Apoio à Fiscalização e Consultoria, data, condições do tempo, percentual executado acumulativo do cronograma físico-financeiro, descrição das atividades, espaço para relatar acidentes de trabalho, espaço para assinatura do técnico da construtora, engenheiro(s) de fiscalização e o fiscal da Codevasf. O diário de obras deverá ser feito em 3 (três) vias que, ao final, a 1ª via ficará com a Codevasf, a 2ª via com a construtora e a 3ª via com Contratada do Apoio à Fiscalização.
- 6.12 No caso de contratos, caso seja solicitado pela Codevasf, todo primeiro dia útil de cada mês a Contratada deverá colocar no escritório da construtora o cronograma das atividades que serão realizadas no mês, bem como o percentual dos serviços realizados no mês anterior e a atualização do cronograma físico-financeiro, todos confeccionados em conjunto com a construtora.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

- 6.13 A Contratada deverá registrar em relatório se a obra/ serviço tem alvará de construção, quando necessário, e ART de Execução quitada do engenheiro e da construtora que irão executar a obra, para posterior relato à Codevasf.

## **7. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**

- 7.1 A Contratada deverá produzir relatório fotográfico de acompanhamento das obras, e dos serviços realizados da equipe de projetos, ação social e meio ambiente, segundo o cronograma de execução das mesmas.
- 7.2 O objetivo deste relatório é registrar a obra, desde a instalação da equipe no local até a entrega, passando por todas as fases previstas no cronograma de obra.
- 7.3 A resolução mínima das imagens será de: 300dpi e 1Mega, no formato “jpeg”, não devendo conter data, pessoas e marcas de empresas privadas;
- 7.4 As fotos deverão ser identificadas com data (dia/mês/ano), local (cidade/estado) e trabalho executado na obra;

### **7.5 Medição e Pagamento**

- 7.5.1 As despesas para a confecção do Relatório estão previstas no item “Material Gráfico e Equipamento de Escritório”.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MRD  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

## **ANEXO III – PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS**

**Setembro / 2021**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação  
8ª GRI / 8ª SR -Codevasf

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS (12 MESES)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
<b>1</b>	<b>APOIO A FISCALIZAÇÃO - REGIÃO - ÁREA TOTAL DE ATUAÇÃO DA 8.ª SR</b>				
1.1	SERVIÇOS APOIO A FISCALIZAÇÃO ( EQUIPE: ENG. CIVIL, TEC. AGR E TEC. EDIF)	MÊS	12	168.491,45	2.021.897,40
<b>1.1</b>	<b>TOTAL 1</b>				<b>2.021.897,40</b>
<b>2</b>	<b>APOIO ESTUDOS E PROJETOS - ÁREA DE ATUAÇÃO DA 8.ª SR</b>				
2.1	SERVIÇOS APOIO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS (EQUIPE: ENG. CIVIL, ENG. AMB, CAD, TOP, AUX TOP)	MÊS	12	0,00	0,00
<b>2.2</b>	<b>TOTAL 2</b>				<b>0,00</b>
<b>3</b>	<b>INFRAESTRUTURA DO CONTRATO</b>				
3.1	SERVIÇOS DE GESTÃO DO CONTRATO ( EQUIPE: ENG.PLAN, AUX ADM, MOT, ASS SOCIAL)	MÊS	12	34.156,55	409.878,60
3.2	ALUGUEL ESCRITÓRIO (INCL. ÁGUA, LUZ E CONDOMÍNIO)	MÊS	12	4.708,43	56.501,16
3.3	DESPESAS COM ESCRITÓRIO (MOB, EQUIP E MAT GRÁFICO)	UN	1	80.707,90	80.707,90
<b>3.4</b>	<b>TOTAL 3</b>				<b>547.087,66</b>
	<b>SUBTOTAL ( TOTAL 1+2+3+4)</b>				<b>2.568.985,06</b>
	<b>DESPESAS FISCAIS (16,62%) - TOTAL 4</b>		<b>16,62%</b>		<b>426.965,32</b>
	<b>TOTAL GLOBAL ( SUBTOTAL + TOTAL 4)</b>				<b>2.995.950,38</b>



<div>CODEVASF</div> <div></div>		Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação 8ª GRI / 8ª SR -Codevasf			
ESTRUTURA DA EQUIPE DE PROJETOS E APOIO A FISCALIZAÇÃO				12meses de projeto; 12meses de fiscalização	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	GESTÃO DO CONTRATO (PROFISSIONAIS)				
1.1	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO	MÊS	12,00	31.094,15	373.129,80
1.2	AUX. ADMINISTRATIVO	MÊS	12,00	3.062,40	36.748,80
1.3	MOTORISTA	MÊS	12,00	0,00	0,00
1.4	PROF. DE AÇÃO SOCIAL NIVEL SUPERIOR	MÊS	12,00	0,00	0,00
1.5	CARRO PARA MOTORISTA COM COMBUSTÍVEL	MÊS	12,00	0,00	0,00
	TOTAL - 1				409.878,60
2	PROJETOS (PROFISSIONAIS + LOGISTICA EM CAMPO)				
2.1	ENGENHEIRO DE PROJETOS	MÊS	12,00	0,00	0,00
2.2	ENGENHEIRO AMBIENTAL	MÊS	12,00	0,00	0,00
2.3	CADISTA	MÊS	12,00	0,00	0,00
2.4	TOPOGRÁFO	MÊS	12,00	0,00	0,00
2.5	AUX TOPOGRAFIA	MÊS	12,00	0,00	0,00
2.6	HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO P/ PROJETOS	MÊS	12,00	0,00	0,00
2.7	LOCAÇÃO ESTAÇÃO TOTAL C/ ACESSORIOS	MÊS	12,00	0,00	0,00
	TOTAL - 2				0,00
3	FISCALIZAÇÃO (PROFISSIONAIS E LOGÍSTICA EM CAMPO)				
3.1	ENGENHEIRO(S) DE FISCALIZAÇÃO	MÊS	12,00	90.834,13	1.090.009,56
3.2	TÉC EDIFICAÇÕES	MÊS	12,00	0,00	0,00
3.3	CARRO PARA ENGENHEIRO COM COMBUSTÍVEL	MÊS	12,00	60.131,56	721.578,72
3.4	HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO PARA ENGENHEIRO DE FISCALIZAÇÃO	MÊS	12,00	17.525,76	210.309,12
	TOTAL - 3				2.021.897,40
4	DESPESAS COM INFRA-ESTRUTURA				
4.1	ALUGUEL DE ESCRITÓRIO	MÊS	12,00	3.360,00	40.320,00
4.2	DESPESA DE MANUTENÇÃO (AGUA, LUZ E LIMPEZA)	MÊS	12,00	1.191,69	14.300,28
4.3	DESPESA DE COMUNICAÇÃO (TELEFONE E INTERNET)	MÊS	12,00	156,74	1.880,88
	TOTAL - 4				56.501,16
5	DESPESAS COM MOBILIA E EQUIPAMENTOS				
5.1	MOBILIÁRIO	UND	1,00	15.026,76	15.026,76
5.2	EQUIPAMENTOS E INFORMÁTICA	UND	1,00	58.633,96	58.633,96
	TOTAL - 5				73.660,72
6	ESCRITÓRIO E MATERIAL GRÁFICO				
6.1	CARTUCHO DE TINTA PRETO	UND	10,00	67,12	671,20
6.2	CARTUCHO DE TINTA COLORIDO	UND	6,00	131,30	787,80
6.3	GRAMPEADOR	UND	6,00	36,30	217,80
6.4	PERFURADOR	UND	6,00	24,66	147,96
6.5	CAIXA DE GRAMPO 26/6	UND	6,00	5,87	35,22
6.6	CAIXA DE CLIPS METÁLICO Nº 06	UND	6,00	6,26	37,56
6.7	LIVRO DE PROTOCOLO	UND	4,00	9,39	37,56
6.8	TESOURA GRANDE	UND	6,00	8,60	51,60
6.9	COLA BRANCA 90g	UND	6,00	4,09	24,54
6.10	ADESIVO TIPO POST IT	UND	6,00	8,44	50,64
6.11	CANETA ESFEROGRÁFICA	UND	30,00	2,10	63,00
6.12	BORRACHA BRANCA	UND	20,00	2,26	45,20
6.13	CAIXA DE GRAFITE	UND	6,00	3,47	20,82
6.14	LAPISEIRA	UND	12,00	7,64	91,68
6.15	LUMICOLOR	UND	12,00	2,87	34,44
6.16	RÉGUA 30CM	UND	5,00	2,36	11,80
6.17	RESMA PAPEL A-4	UND	50,00	19,44	972,00
6.18	CORRETIVO LÍQUIDO	UND	12,00	2,98	35,76
6.19	EXTRATOR DE GRAMPO	UND	5,00	3,62	18,10
6.20	PLOTAGEM FORMATO A-1	UND	250,00	8,02	2.005,00
6.21	CÓPIA TAMANHO A4	UND	1250,00	1,35	1.687,50
	TOTAL - 6				7.047,18
7	SUB - TOTAL				
					2.568.985,06
8	DESPESAS FISCAIS SOBRE O SUB - TOTAL ( 16,62%)				
	%	16,62%	2.568.985,06	426.965,32	
9	TOTAL FISCALIZAÇÃO CENTRAL				
				2.995.950,38	



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS					Encargos Sociais		73,48%
					Despesas		16,62%
					Custos Adm		12,00%
GESTÃO DO CONTRATO							
CÓDIGO:	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO					UNIDADE:	
ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO (GESTÃO DE PROJETOS)							mês
CÓDIGO:	MÃO DE OBRA	Cod	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)	
Tab. Salários Eng. Consultiva DNIT (jan/21)	ENGENHEIRO	P2	MÊS	1,0	16.003,36	16.003,36	
SOMA						16.003,36	
	MÃO DE OBRA					16.003,36	
	ENCARGOS SOCIAIS			73,48%		11.759,27	
SUB- TOTAL						R\$ 27.762,63	
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO					R\$	27.762,63	
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA				12,00%	R\$	3.331,52	
TOTAL					R\$	31.094,15	
DESPESAS FISCAIS				16,62%	R\$	5.167,85	
TOTAL GERAL					R\$	36.262,00	
ADMINISTRATIVO							mês
CÓDIGO:	MÃO DE OBRA	COD	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)	
Tab. Salários Eng. Consultiva DNIT (jan/21)	AUX. ADMINISTRATIVO	A2	MÊS	1,0	1.576,14	1.576,14	
SOMA						1.576,14	
	MÃO DE OBRA					1.576,14	
	ENCARGOS SOCIAIS			73,48%		1.158,15	
SUB- TOTAL						R\$ 2.734,29	
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO					R\$	2.734,29	
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA				12,00%	R\$	328,11	
TOTAL					R\$	3.062,40	
DESPESAS FISCAIS				16,62%	R\$	508,97	
TOTAL GERAL					R\$	3.571,37	
MOTORISTA							mês
CÓDIGO:	MÃO DE OBRA	COD	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)	
Tab. Salários Eng. Consultiva DNIT (jan/21)	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/MOTORISTA	A3	MÊS	0,00	0,00	-	
SOMA						-	
	MÃO DE OBRA					-	
	ENCARGOS SOCIAIS			73,48%		-	
SUB- TOTAL						R\$ -	
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO					R\$	-	
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA				12,00%	R\$	-	
TOTAL					R\$	-	
DESPESAS FISCAIS				16,62%	R\$	-	
TOTAL GERAL					R\$	-	



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

PROF. DE AÇÃO SOCIAL NÍVEL SUPERIOR						mês
CÓDIGO:	MÃO DE OBRA	COD	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Mercado	PROF. DE AÇÃO SOCIAL NÍVEL SUPERIOR	Ns	MÊS	0,00	0,00	-
SOMA						-
	MÃO DE OBRA					-
	ENCARGOS SOCIAIS			73,48%		-
SUB- TOTAL						R\$ -
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO						R\$ -
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA						R\$ -
TOTAL						R\$ -
DESPESAS FISCAIS						R\$ -
TOTAL GERAL						R\$ -
EQUIPE PROJETOS						
ENGENHEIRO PROJETISTA						mês
CÓDIGO:	MÃO DE OBRA	COD	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Tab. Salários Eng. Consultiva DNIT (jan/21)	ENGENHEIRO	P3	MÊS	0,00	0,00	-
SOMA						-
	MÃO DE OBRA					-
	ENCARGOS SOCIAIS			73,48%		-
SUB- TOTAL						R\$ -
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO						R\$ -
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA						R\$ -
TOTAL						R\$ -
DESPESAS FISCAIS						R\$ -
TOTAL GERAL						R\$ -
ENGENHEIRO AMBIENTAL						mês
CÓDIGO:	MÃO DE OBRA	COD	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Tab. Salários Eng. Consultiva DNIT (jan/21)	ENGENHEIRO	P3	MÊS	0,00	0,00	-
SOMA						-
	MÃO DE OBRA					-
	ENCARGOS SOCIAIS			73,48%		-
SUB- TOTAL						R\$ -
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO						R\$ -
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA						R\$ -
TOTAL						R\$ -
DESPESAS FISCAIS						R\$ -
TOTAL GERAL						R\$ -



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

CADISTA						mês
CÓDIGO:	MÃO DE OBRA	COD	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Tab. Salários Eng. Consultiva DNIT (jan/21)	TÉCNICO - PROFISSIONAL PLENO	T1	MÊS	0,00	0,00	-
SOMA						-
	MÃO DE OBRA					-
	ENCARGOS SOCIAIS			73,48%		-
SUB- TOTAL						R\$ -
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO						R\$ -
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA						R\$ -
TOTAL						R\$ -
DESPESAS FISCAIS						R\$ -
TOTAL GERAL						R\$ -
TOPOGRÁFO						mês
CÓDIGO:	MÃO DE OBRA	COD	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Tab. Salários Eng. Consultiva DNIT (jan/21)	TÉCNICO - PROFISSIONAL PLENO	T1	MÊS	0,00	0,00	-
SOMA						-
	MÃO DE OBRA					-
	ENCARGOS SOCIAIS			73,48%		-
SUB- TOTAL						R\$ -
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO						R\$ -
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA						R\$ -
TOTAL						R\$ -
DESPESAS FISCAIS						R\$ -
TOTAL GERAL						R\$ -
AUX TOPOGRAFIA						mês
CÓDIGO:	MÃO DE OBRA	COD	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Tab. Salários Eng. Consultiva DNIT (jan/21)	TÉCNICO - AUXILIAR	T3	MÊS	0,00	0,00	-
SOMA						-
	MÃO DE OBRA					-
	SOMA			73,48%		-
SUB- TOTAL						R\$ -
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO						R\$ -
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA						R\$ -
TOTAL						R\$ -
DESPESAS FISCAIS						R\$ -
TOTAL GERAL						R\$ -
EQUIPE DE CAMPO APOIO A FISCALIZAÇÃO						
ENGENHEIRO DE FISCALIZAÇÃO						mês
CÓDIGO:	MÃO DE OBRA	COD	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Tab. Salários Eng. Consultiva DNIT (jan/21)	ENGENHEIRO	P3	MÊS	5,00	9.350,00	46.750,00
SOMA						46.750,00
	MÃO DE OBRA					46.750,00
	ENCARGOS SOCIAIS			73,48%		34.351,90
SUB- TOTAL						R\$ 81.101,90
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO						R\$ 81.101,90
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA						R\$ 9.732,23
TOTAL						R\$ 90.834,13
DESPESAS FISCAIS						R\$ 15.096,63
TOTAL GERAL						R\$ 105.930,76



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf**

TEC. AGRÍCOLA						mês
CÓDIGO:	MÃO DE OBRA	COD	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Tab. Salários Eng. Consultiva DNIT (jan/21)	TÉCNICO PROFISSIONAL	T1	MÊS	0,00	0,00	-
						-
SOMA						-
	MÃO DE OBRA					-
	SOMA			73,48%		-
SUB- TOTAL						R\$ -
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO						R\$ -
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA						R\$ -
TOTAL						R\$ -
DESPESAS FISCAIS						R\$ -
TOTAL GERAL						R\$ -
DESPESAS COM INFRAESTRUTURA						
ALUGUEL DE ESCRITÓRIO						mês
CÓDIGO:	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
OLX/Set21	ALUGUEL DE ESCRITÓRIO (≥50m²)		MÊS	1,00	3.000,00	3.000,00
SOMA						R\$ 3.000,00
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO						R\$ 3.000,00
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA						R\$ 360,00
TOTAL						R\$ 3.360,00
DESPESAS FISCAIS						R\$ 558,43
TOTAL GERAL						R\$ 3.918,43
DESPESAS DE MANUTENÇÃO						mês
CÓDIGO:	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
CEMAR	ENERGIA ELÉTRICA		kw/h	300,00	0,862198	258,66
CEMAR	BANDEIRA TARIFÁRIAS		média/ano		0,028	0,08
CAEMA	ÁGUA E ESGOTO		m3	15,00	10,80	162,03
	TAXA 18m³ (DEMANDA+ EXCEDENTE:22,33%)		exc/mês	3,00	14,41	43,23
(20% Aluguel)	LIMPEZA INCLUINDO MATERIAL		MÊS	1,00	600,00	600,00
SOMA						R\$ 1.064,00
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO						R\$ 1.064,01
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA						R\$ 127,68
TOTAL						R\$ 1.191,69
DESPESAS FISCAIS						R\$ 198,06
TOTAL GERAL						R\$ 1.389,75
DESPESA DE COMUNICAÇÃO (TELEFONE E INTERNET)						mês
CÓDIGO:	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
	Telefone Fixo - DDD Mensais Internet Wi-fi					
Cotação NET set/21	NET ( 140MEGA) NET Cod. 21 (DDD - FIXO)		mês	1,0	139,95	139,95
					160,00	
Cotação Oi set/21	Oi (200 MEGA) Oi Co. 31 (DDD - FIXO)				119,90	
SOMA						R\$ 139,95
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO						R\$ 139,95
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA						R\$ 16,79
TOTAL						R\$ 156,74
DESPESAS FISCAIS						R\$ 26,05
TOTAL GERAL						R\$ 182,79



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

MOBILIÁRIO						
CÓDIGO:	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Cotação Set/21	MESA P/ COMPUTADOR C/ DUAS GAVETAS C/ CHAVE			7,0	370,96	2.596,72
Cotação Set/21	GAVETEIRO 3 GAVETAS C/ CHAVE E RODÍZIO			7,0	368,93	2.582,51
Cotação Set/21	MESA REDONDA DE REUNIÃO			1,0	629,74	629,74
Cotação Set/21	CADEIRA EXECUTIVA C/ BRAÇO			7,0	422,31	2.956,17
Cotação Set/21	CADEIRA S/ BRAÇO			1,0	325,46	325,46
Cotação Set/21	ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO			6,0	546,18	3.277,08
Cotação Set/21	TELEFONE SEM FIO			1,0	99,19	99,19
Cotação Set/21	MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA			1,0	949,88	949,88
SOMA					R\$	13.416,75
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO					R\$	13.416,75
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA					12,00%	R\$ 1.610,01
TOTAL						R\$ 15.026,76
DESPESAS FISCAIS					16,62%	R\$ 2.497,45
TOTAL GERAL						R\$ 17.524,21
EQUIPAMENTOS E INFORMÁTICA						
CÓDIGO:	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Cotação Set/21	NOTEBOOK INTEL CORE I5 15"			7,0	3.391,77	23.742,39
Cotação Set/21	TECLADO MULTIMIDIA			7,0	146,00	1.022,00
Cotação Set/21	MOUSE OPTICO USB			7,0	70,40	492,80
Cotação Set/21	CÂMERA DIGITAL 16MP ZOOM 28X OU SUPERIOR			6,0	1.830,09	10.980,54
Cotação Set/21	GPS PORTÁTIL TOUCH SCREEN BLUETOOTH E TECNOLOGIA ANT			6,0	2.685,67	16.114,02
SOMA					R\$	52.351,75
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO					R\$	52.351,75
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA					12,00%	R\$ 6.282,21
TOTAL						R\$ 58.633,96
DESPESAS FISCAIS					16,62%	R\$ 9.744,96
TOTAL GERAL						R\$ 68.378,92





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

LOGISTICA P/ GESTÃO E PLANEJAMENTO						
VEÍCULO PICK-UP						mês
CÓDIGO:	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Comp. PICK-UP	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP 4X4, COM AR-CONDICIONADO PARA APOIO À FISCALIZAÇÃO, INCLUINDO DESPESAS COM COMBUSTÍVEL, ÓLEOS, MANUTENÇÃO, LICENCIAMENTO, SEGUROS, IMPOSTOS, ETC.		UNID.	0,0	0,00	-
SOMA					R\$	-
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO					R\$	-
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA				12,00%	R\$	-
TOTAL					R\$	-
DESPESAS FISCAIS				16,62%	R\$	-
TOTAL GERAL					R\$	-
LOGISTICA P/ EQUIPE PROJETOS						
HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO PARA EQUIPE PROJETOS E MOTORISTA						UND
CÓDIGO:	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	(k)mês	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Tabela Codevasf Set/21	DIÁRIA	8	UNID.	0,0	0,00	-
Tabela Codevasf Set/21	ALIMENTAÇÃO	2	UNID.	0,0	0,00	-
SOMA					R\$	-
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO					R\$	-
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA				12,00%	R\$	-
TOTAL					R\$	-
DESPESAS FISCAIS				16,62%	R\$	-
TOTAL GERAL					R\$	-
ALUGUEL EQUIPAMENTO P/ USO EM CAMPO						UND
CÓDIGO:	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	(k) mês	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
E9553 SICRO Abr/21	ALUGUEL ESTAÇÃO DE TRABALHO, INCL TRIPÉ	8	hora	0,0	0,00	-
SOMA					R\$	-
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO					R\$	-
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA				12,00%	R\$	-
TOTAL					R\$	-
DESPESAS FISCAIS				16,62%	R\$	-
TOTAL GERAL					R\$	-
LOGISTICA P/ EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO						
CÓDIGO:	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO					UNIDADE:
HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO PARA OS ENGENHEIRO DE FISCALIZAÇÃO						UND
CÓDIGO:	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	(k)mês	UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Tabela Codevasf Set/21	DIÁRIA	8	UNID.	48,0	152,00	7.296,00
Tabela Codevasf Set/21	ALIMENTAÇÃO	2	UNID.	96,0	87,00	8.352,00
SOMA					R\$	15.648,00
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO					R\$	15.648,00
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA				12,00%	R\$	1.877,76
TOTAL					R\$	17.525,76
DESPESAS FISCAIS				16,62%	R\$	2.912,78
TOTAL GERAL					R\$	20.438,54
VEÍCULO PICK-UP						mês
CÓDIGO:	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		UNID.	QUANT.	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Comp. PICK-UP	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP 4X4, COM AR-CONDICIONADO PARA APOIO À FISCALIZAÇÃO, INCLUINDO DESPESAS COM COMBUSTÍVEL, ÓLEOS, MANUTENÇÃO, LICENCIAMENTO, SEGUROS, IMPOSTOS, ETC.		UNID.	6,0	8.948,15	53.688,89
SOMA					R\$	53.688,89
CUSTO DIRETO DO SERVIÇO					R\$	53.688,89
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA				12,00%	R\$	6.442,67
TOTAL					R\$	60.131,56
DESPESAS FISCAIS				16,62%	R\$	9.993,87
TOTAL GERAL					R\$	70.125,43



## COMPOSICOES DE CUSTOS UNITARIOS DE SERVICOS

BASE - REF.	ITEM SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO - INSUMO/AUX.	UNID	São Luís - MA		
				COEFICIENTE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
Cotação Mercado ou SINAPI	8SR	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP 4X4, COM AR-CONDICIONADO PARA APOIO À FISCALIZAÇÃO, INCLUINDO DESPESAS COM COMBUSTÍVEL, ÓLEOS, MANUTENÇÃO, LICENCIAMENTO, SEGUROS, IMPOSTOS, ETC.	MÊS			
		<b>0 CARRO DA FISCALIZAÇÃO</b>				
		A1 Veículo Pickup 4x4 Cabine Dupla				
		<b>A DEPRECIAÇÃO MENSAL DO EQUIPAMENTO</b>				
Tabela Fipe		A1 PREÇO DE AQUISIÇÃO - 0 km (Setembro/2021)	UN		197.791,80	
		A2 TEMPO USO PREVISTO NO CONTRATO	MÊS		12,00	
		A3 PREVISÃO DE RECUPERAÇÃO NA VENDA DO BEM USADO	%	80,00	158.233,44	
		A4 CUSTO MENSAL (A1-A3) / A2				3.296,53
		<b>B JUROS PELO CAPITAL EMPREGADO</b>				
		B1 TAXA MENSAL DE JUROS 5% (INCIDÊNCIA SOBRE A4)	%	5,00	164,83	
		B2 CUSTO MENSAL				164,83
		<b>C CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO</b>				
		C1 TAXA DE GASTOS S/A DEPREC. INC. SEGUROS (INCIDÊNCIA SOBRE A4)	%	100,00	3.296,53	
		C2 INCIDÊNCIA MENSAL				3.296,53
		<b>D COMBUSTÍVEL</b>				
		D1 MÉDIA MENSAL DE QUILOMETRO POR VEÍCULO	KM	3.200,00		
		D2 QUILOMETROS RODADOS COM UM LITRO COMBUSTIVEL	KM/L	10,00		
		D3 QUANTIDADE DE LITROS DE COMBUSTÍVEL POR MÊS	L	320,00		
ANP MAR/2019		D4 PREÇO DO LITRO DE ÓLEO DIESEL S10 (tab. cons ANP-Set/21)	L		4,81	
		D5 CUSTO MENSAL - (D3*D4)				1.538,24
		<b>E LUBRIFICANTES</b>				
		E1 FRANQUIA POR TROCA DE ÓLEO	KM	5.000,00		
		E2 QUANTIDADE DE LITROS DE ÓLEO POR TROCA	L	7,00		
Cod. 00004227 SINAPI FEV/2019		E3 PREÇO DO LITRO DE ÓLEO C/ TROCA	L		35,99	
		E4 CUSTO POR TROCA DE ÓLEO			251,93	
		E5 CUSTO MENSAL - [(D1/E1)*E4]				161,24
		<b>F PNEUS</b>				
		F1 VIDA ÚTIL DO PNEU	KM	45.000,00		
		F2 QUANTIDADE DE PNEUS	UN	4,00		
Mercado local		F3 PREÇO DO PNEU (Setembro/21)			954,90	
		F4 CUSTO POR TROCA DOS PNEUS			3.819,60	
		F5 CUSTO MENSAL - [(D1/F1)*F4]				271,62
		<b>G SISTEMA RASTREAMENTO VEICULAR</b>				
Mercado local		G1 INSTALAÇÃO SIS. GPS NAVEGAVEL	UN	1.200,00		
		G2 INSTALAÇÃO RASTREAMENTO VEICULAR (Setembro/21)	UN	350,00		
		G3 MENSALIDADE	MÊS		90,00	
		G4 CUSTO MENSAL - [(H1/14)+H50]				219,17
		<b>TOTAL DA COMPOSIÇÃO S/ BDI</b>				<b>8.948,15</b>



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

## DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS

NOME DA CONSULTORA:

OBJETO:

APOIO À FISCALIZAÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS NO ÂMBITO E SOB A GESTÃO DA 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF

EDITAL:

DISCRIMINAÇÃO		VALORES
		%
<b>A</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</b>	
A1	Seconci	1,00%
A2	INSS	20,00%
A3	FGTS	8,00%
A4	Inkra	0,20%
A5	Salário Educação	2,50%
A6	Sebrae	0,60%
A7	Seguro contra acidente	3,00%
A8	Senai	1,00%
A9	Sesi	1,50%
<b>SUBTOTAL DE "A"</b>		<b>37,80%</b>
<b>B</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>	
B1	Repouso Semanal Remunerado	Não incide
B2	Feriados	Não incide
B3	Auxílio-Enfermidade	0,67%
B4	13º Salário	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,56%
B7	Dias de Chuva	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,08%
B9	Férias Gozadas	10,93%
B10	Salário Maternidade	0,03%
<b>SUBTOTAL DE "B"</b>		<b>20,66%</b>
<b>C</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>	
C1	Aviso Prévio Indenizado	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,08%
C3	Férias Indenizadas	0,00%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,07%
C5	Indenização Adicional	0,29%
<b>SUBTOTAL DE "C"</b>		<b>6,90%</b>
<b>D</b>	<b>REINCIDÊNCIAS</b>	
D1	Reincidências de Grupo A sobre Grupo B	7,81%
D2	Reincidências de Grupo A Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,31%
<b>SUBTOTAL DE "D"</b>		<b>8,12%</b>
<b>TOTAIS DE ENCARGOS SOCIAIS</b>		<b>73,48%</b>
NOME DO INFORMANTE:		QUALIFICAÇÃO:
ASSINATURA:		DATA:
Observação:		
1 - DISCRIMINAR OS ENCARGOS SOCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS PERCENTUAS TOTALIZANDO OS MESMOS.		
2 - O "%" TOTAL SERÁ APLICADO PARA CÁLCULAR OS E. SOCIAIS INCIDENTES NA MÃO-DE-OBRA COM VÍNCULO.		
3 - REF. SINAPI (vigência FEV/2018)		



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf**

## DETALHAMENTO DAS DESPESAS FISCAIS

NOME DA CONSULTORA:

OBJETO:

APOIO À FISCALIZAÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS NO ÂMBITO E SOB A GESTÃO DA 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF

EDITAL:

DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	VALORES	
	DF (%) <sup>2</sup>	DF' (%) <sup>3</sup>
1 - ISS	5,00	5,83
2 - PIS	1,65	1,92
3 - COFINS	7,60	8,86
<b>TOTAIS DE DESPESAS FISCAIS</b>	<b>14,25</b>	<b>16,62</b>

NOME DO INFORMANTE:

QUALIFICAÇÃO:

ASSINATURA:

DATA:

Observação:

- 1 - DISCRIMINAR OS TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE OS CUSTOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
- 2 - **DF** = INDICAR OS % DE CADA TRIBUTO E A SOMA DOS MESMOS (ex: ISS 5% + PIS 1,65% + COFINS 7,60% = 14,25%)
- 3 - AS DESPESAS FISCAIS (DF) INCIDEM SOBRE O TOTAL DA FATURA E NÃO SOBRE OS CUSTOS INCORRIDOS, DEVENDO SER CALCULADO O **DF'** APLICANDO-SE A SEGUINTE FÓRMULA:  

$$DF' = \{ [ 1 / ( 1 - DF ) ] - 1 \} \times 100$$

$$DF' = \{ [ 1 / ( 1 - 0,1425 ) ] - 1 \} \times 100$$

$$DF' = 0,1662 \text{ ou } 16,62\% . \text{ APLICAR O \% ENCONTRADO NA LINHA "H" DO FSUP PARA CALCULAR AS DESPESAS FISCAIS}$$

NOME DA CONSULTORA:

**OBJETO:**

APOIO À FISCALIZAÇÃO E CONSULTÓRIA TÉCNICA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS NO ÂMBITO E SOB A  
 GESTÃO DA 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF

EDITAL:

[illegible]

NOME DO INFORMANTE:

**QUALIFICAÇÃO:**

ASSINATURA:

DATA:
-------







Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

## **ANEXO IV – PLANILHA DE QUANTITATIVOS**


**Setembro / 2021**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
 Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação  
 8ª GRI / 8ª SR -Codevasf

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS (12 MESES)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
<b>1</b>	<b>APOIO A FISCALIZAÇÃO - REGIÃO - ÁREA TOTAL DE ATUAÇÃO DA 8.ª SR</b>				
1.1	SERVIÇOS APOIO A FISCALIZAÇÃO ( EQUIPE: ENG. CIVIL, TEC. AGR E TEC. EDIF)	MÊS	12		
<b>1.1</b>	<b>TOTAL 1</b>				
<b>2</b>	<b>APOIO ESTUDOS E PROJETOS - ÁREA DE ATUAÇÃO DA 8.ª SR</b>				
2.1	SERVIÇOS APOIO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS (EQUIPE: ENG. CIVIL, ENG. AMB, CAD, TOP, AUX TOP)	MÊS	12		
<b>2.2</b>	<b>TOTAL 2</b>				
<b>3</b>	<b>INFRAESTRUTURA DO CONTRATO</b>				
3.1	SERVIÇOS DE GESTÃO DO CONTRATO ( EQUIPE: ENG.PLAN, AUX ADM, MOT, ASS SOCIAL)	MÊS	12		
3.2	ALUGUEL ESCRITÓRIO (INCL. ÁGUA, LUZ E CONDOMÍNIO)	MÊS	12		
3.3	DESPESAS COM ESCRITÓRIO (MOB, EQUIP E MAT GRÁFICO)	UN	1		
<b>3.4</b>	<b>TOTAL 3</b>				
	<b>SUBTOTAL ( TOTAL 1+2+3+4)</b>				
	<b>DESPESAS FISCAIS (16,62%) - TOTAL 4</b>		<b>16,62%</b>		
	<b>TOTAL GLOBAL ( SUBTOTAL + TOTAL 4)</b>				

<div>CODEVASF</div> <div></div>		<div>Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR</div> <div>Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba</div> <div>Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação</div> <div>8ª GRI / 8ª SR -Codevasf</div>			
ESTRUTURA DA EQUIPE DE PROJETOS E APOIO A FISCALIZAÇÃO				12meses de projeto; 12meses de fiscalização	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	GESTÃO DO CONTRATO (PROFISSIONAIS)				
1.1	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO	MÊS	12,00		
1.2	AUX. ADMINISTRATIVO	MÊS	12,00		
1.3	MOTORISTA	MÊS	12,00		
1.4	PROF. DE AÇÃO SOCIAL NIVEL SUPERIOR	MÊS	12,00		
1.5	CARRO PARA MOTORISTA COM COMBUSTÍVEL	MÊS	12,00		
	TOTAL - 1				
2	PROJETOS (PROFISSIONAIS + LOGISTICA EM CAMPO)				
2.1	ENGENHEIRO DE PROJETOS	MÊS	12,00		
2.2	ENGENHEIRO AMBIENTAL	MÊS	12,00		
2.3	CADISTA	MÊS	12,00		
2.4	TOPOGRÁFO	MÊS	12,00		
2.5	AUX TOPOGRÁFIA	MÊS	12,00		
2.6	HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO P/ PROJETOS	MÊS	12,00		
2.7	LOCAÇÃO ESTAÇÃO TOTAL C/ ACESSORIOS	MÊS	12,00		
	TOTAL - 2				
3	FISCALIZAÇÃO (PROFISSIONAIS E LOGÍSTICA EM CAMPO)				
3.1	ENGENHEIRO(s) DE FISCALIZAÇÃO	MÊS	12,00		
3.2	TÉC EDIFICAÇÕES	MÊS	12,00		
3.3	CARRO PARA ENGENHEIRO COM COMBUSTÍVEL	MÊS	12,00		
3.4	HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO PARA ENGENHEIRO DE FISCALIZAÇÃO	MÊS	12,00		
	TOTAL - 3				
4	DESPESAS COM INFRA-ESTRUTURA				
4.1	ALUGUEL DE ESCRITÓRIO	MÊS	12,00		
4.2	DESPESA DE MANUTENÇÃO (AGUA, LUZ E LIMPEZA)	MÊS	12,00		
4.3	DESPESA DE COMUNICAÇÃO (TELEFONE E INTERNET)	MÊS	12,00		
	TOTAL - 4				
5	DESPESAS COM MOBILIA E EQUIPAMENTOS				
5.1	MOBILIÁRIO	UND	1,00		
5.2	EQUIPAMENTOS E INFORMÁTICA	UND	1,00		
	TOTAL - 5				
6	ESCRITÓRIO E MATERIAL GRÁFICO				
6.1	CARTUCHO DE TINTA PRETO	UND	10,00		
6.2	CARTUCHO DE TINTA COLORIDO	UND	6,00		
6.3	GRAMPEADOR	UND	6,00		
6.4	PERFURADOR	UND	6,00		
6.5	CAIXA DE GRAMPO 26/6	UND	6,00		
6.6	CAIXA DE CLIPS METÁLICO Nº 06	UND	6,00		
6.7	LIVRO DE PROTOCOLO	UND	4,00		
6.8	TESOURA GRANDE	UND	6,00		
6.9	COLA BRANCA 90g	UND	6,00		
6.10	ADESIVO TIPO POST IT	UND	6,00		
6.11	CANETA ESFEROGRÁFICA	UND	30,00		
6.12	BORRACHA BRANCA	UND	20,00		
6.13	CAIXA DE GRAFITE	UND	6,00		
6.14	LAPISEIRA	UND	12,00		
6.15	LUMICOLOR	UND	12,00		
6.16	RÉGUA 30CM	UND	5,00		
6.17	RESMA PAPEL A-4	UND	50,00		
6.18	CORRETIVO LÍQUIDO	UND	12,00		
6.19	EXTRATOR DE GRAMPO	UND	5,00		
6.20	PLOTAGEM FORMATO A-1	UND	250,00		
6.21	CÓPIA TAMANHO A4	UND	1250,00		
	TOTAL - 6				
7	SUB - TOTAL				
8	DESPESAS FISCAIS SOBRE O SUB - TOTAL ( 16,62%)	%	16,62%	0,00	
9	TOTAL FISCALIZAÇÃO CENTRAL				



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

## **ANEXO V – TERMO DA PROPOSTA**

**Setembro / 2021**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

## ANEXO V – TERMO DE PROPOSTA

### **DADOS DO PROPONENTE**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**FONE/FAX:**

**À**

**8ª SR CODEVASF**

**Av. Alexandre de Moura, nº 25, Centro**

**CEP: 65.025-470, São Luís – MA**

Prezados Senhores,

Tendo examinado o **Edital n.º \_\_\_\_/2021** e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para os **Serviços de Apoio a Fiscalização e Consultoria Técnica de Convênios e Contratos no âmbito da 8ª Superintendência Regional da CODEVASF**, pelo valor global de R\$ \_\_\_\_\_, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS), de acordo com a planilha de preços que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data da assinatura do contrato. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia de um Banco num valor que não exceda 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para a realização do contrato.

***Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, a contar da data de assinatura do Contrato.***

***Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.***

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

***Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o(a) Sr.(ª) \_\_\_\_\_, carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, ao(à) qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar contratos, atas e documentos, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.***

***Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.***

***Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre as obras/serviços e fornecimentos.***

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
EMPRESA PARTICIPANTE/CNPJ

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

## **ANEXO VI – DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS**

**Setembro / 2021**





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

## ANEXO VI – DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS

<b>CODEVASF</b>				
<b>DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>			<b>QUADRO P0 - XIV</b>	
<b>NOME DA CONSULTORA</b>	<b>PROJETO APOIO</b>	<b>EDITAL /</b>		<b>FOLHA</b> ____ / ____
<b>GRUPO “A” - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</b>				<b>%</b>
<b>SUBTOTAL DO GRUPO “A”</b>				
<b>GRUPO “B” - ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE “A”</b>				<b>%</b>
<b>SUBTOTAL DO GRUPO “B”</b>				
<b>GRUPO “C” - ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE “A”</b>				<b>%</b>
<b>SUBTOTAL DO GRUPO “C”</b>				
<b>GRUPO “D” - TAXAS DAS REINCIDÊNCIAS</b>				<b>%</b>
<b>SUBTOTAL DO GRUPO “D”</b>				
<b>TOTAL GERAL</b>				
<b>NOME DO INFORMANTE</b>		<b>DATA</b>		<b>A CARGO DA CODEVASF</b>
		/ /		
<b>QUALIFICAÇÃO</b>	<b>ASSINATURA</b>			



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

## **ANEXO VII – CUSTO COM ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DA EMPRESA**

**Setembro / 2021**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
 8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

## ANEXO VII – CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA

<b>CODEVASF</b>
-----------------

<b>CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO + REMUNERAÇÃO DA EMPRESA</b>	
--	--

NOME DA CONSULTORA	PROJETO APOIO	EDITAL /		FOLHA __ / __
--------------------	------------------	-------------	--	------------------

ITEM	PERCENTUAL
TOTAL =	



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

## **ANEXO VIII – DETALHAMENTO DAS DESPESAS FISCAIS**

**Setembro / 2021**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

### ANEXO VIII – DETALHAMENTO DAS DESPESAS FISCAIS

<b>CODEVASF</b>				
<b>DETALHAMENTO DAS DESPESAS FISCAIS</b>				
<b>NOME DA CONSULTORA</b>	<b>PROJETO APOIO</b>	<b>EDITAL</b> /		<b>FOLHA</b> /

### DETALHAMENTO DAS DESPESAS FISCAIS

ITEM	PERCENTUAL
TOTAL =	



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

## **ANEXO IX – JUSTIFICATIVAS**

**Setembro / 2021**





## ANEXO IX – JUSTIFICATIVAS

### **Finalidade:**

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

### **Justificativas:**

#### **Da necessidade da contratação**

A 8ª Superintendência Regional da Codevasf atua no Vale dos Rios: Gurupi, Itapecuru, Mearim, Munim, Parnaíba, Pericumã, Tocantins e Turiaçu. Atuando em todos 217 municípios maranhense, numa extensão de aproximadamente 331.983 km².

O volume de recurso federal administrado pela 8ª Superintendência é na ordem de R\$ 200 milhões. Atualmente, são acompanhados e fiscalizados pela Gerência de Desenvolvimento e Infraestrutura 8ªGRD cerca de 180 convênios, 25 contratos e 10 Termos de Compromisso, sob a responsabilidade da 8ª Superintendência Regional Codevasf.

Diante do quadro técnico numericamente limitado dos funcionários da 8ªSR, a proximidade do término da vigência do contrato de Apoio a Fiscalização e a extensa área territorial a ser coberta pela Fiscalização ou ainda demanda nos projetos. Para atender a crescente demanda no número de convênios, contratos e projetos, será necessário o envolvimento de um maior número de pessoas para executar serviços de Apoio. Frequentemente a fiscalização da Codevasf executam percursos que ultrapassam os 1.000 km com deslocamento para a vistorias nas obras, vem exigindo muito tempo no deslocamento entre a capital, São Luís, onde se encontra a sede da Codevasf e o município a ser fiscalizado e ainda são demandas com tarefas rotineiras internas inerentes a funções da Codevasf, análises de projetos tramites processuais e outros o que justifica-se a viabilização da contratação de uma equipe de apoio à fiscalização e para o acompanhamento dos Convênios e Contratos e consultoria técnica na elaboração e levantamento de dados, no âmbito da 8ª Superintendência da Codevasf.

#### **Regime de execução: Empreitada por Preços Unitários:**

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago, somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

**Permite Participação de Consórcios:** Não

**Visita:** Declaração de conhecimento do local de execução dos serviços.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual,** no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

**Desapropriação:** Não aplicável.

**Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em lotes:** não aplicável.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

**Divulgação do valor orçado:** Sim

**Sustentabilidade Ambiental:** Não será exigida licença ambiental para a referida licitação.

**Justificativa Serviços Comuns:** O serviço de Apoio a Fiscalização é um serviço de engenharia, não podendo ser considerado um serviço de natureza comum. Na falta dos serviços de Apoio a Fiscalização, a Administração Pública da Codevasf poderá ser bastante prejudicada de forma a comprometer a continuidade nos serviços já prestados pela Codevasf, sobrecarregando os seus profissionais. Conforme definição do serviço continuado “é aquele cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração”. Tendo em vista o comprometimento ou mesmo a interrupção parcial, o objeto da licitação poderá ser **considerado um serviço continuado.**

**Garantia do Objeto:** A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. A contratada responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

**Garantia de Execução (caução):** É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Qualificação Técnica:** Todas as exigências da Qualificação Técnica (Habilitação) estão de acordo com o porte e complexidade dos serviços técnicos a serem desenvolvidos no contrato.

ITEM	SERVIÇO
1.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obras de Sistema de Abastecimento de Água, incluindo: captação, reservatório e distribuição ou similar – 1 (uma) obra.
2.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obras Rodoviárias, incluindo: terraplenagem, pavimentação, obras de arte corrente e drenagem – 1 (uma) obra.
3.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de Edificações, incluindo: instalações elétricas, estrutural e hidro-sanitárias – 1 (uma) obra.
4.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obra de Terraplenagem – 1 (uma) obra.

**Divulgação do valor orçado:** O orçamento de referência foi utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, logo a divulgação do valor orçado se faz obrigatória, em conformidade ao Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, e em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência - Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação  
– 8ª GRI

**ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO  
LOCAL DO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Setembro / 2021**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – 8ª SR / Codevasf

## **ANEXO X – Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_